



Estado da Bahia

## MUNICÍPIO DE COCOS

# PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014-2026

**MUNICÍPIO DE COCOS-BA**

UASG: 983461

### OBJETO

Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de pintura, acabamentos, esquadrias metálicas, janelas, venezianas, estruturas em aço e materiais correlatos, destinados ao atendimento das necessidades contínuas de manutenção, conservação, adequação, recuperação e melhoria dos prédios públicos, unidades administrativas, equipamentos públicos e demais estruturas vinculadas às Secretarias do Município de Cocos-BA, conforme condições estabelecidas no Edital e Anexos.

### VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 2.185.823,17 (dois milhões, cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e vinte e três reais e dezessete centavos).

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 30/06/2026 às 09h00m (horário de Brasília)

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

### MODO DE DISPUTA:

Aberto

### MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM GRUPO:

Sim



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
9. DOS RECURSOS .....	18
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	19
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	20
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	23
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	24



# MUNICÍPIO DE COCOS

## EDITAL

## PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90014-2026

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 173-2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90014-2026**

**TIPO: MENOR PREÇO POR GRUPO**

O **MUNICÍPIO DE COCOS**, pessoa jurídica de direito público interno, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local indicados fará realizar licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço, nos termos da [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 006/2024, do Decreto Municipal nº 007/2024, Decreto Municipal nº 021/2024, da Lei n.º 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, bem como da legislação correlata e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

### 1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de pintura, acabamentos, esquadrias metálicas, janelas, venezianas, estruturas em aço e materiais correlatos, destinados ao atendimento das necessidades contínuas de manutenção, conservação, adequação, recuperação e melhoria dos prédios públicos, unidades administrativas, equipamentos públicos e demais estruturas vinculadas às Secretarias do Município de Cocos-BA, conforme condições estabelecidas no Edital e Anexos.
- 1.2. As empresas licitantes devem apresentar suas propostas observando exclusivamente **AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E NO TERMO DE REFERÊNCIA**, considerando que estas **PREVALECERÃO** sempre sobre os dados disponíveis no Sistema do Governo Federal – Comprasgov. Portanto, as propostas devem ser elaboradas com base nos requisitos mínimos estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência, que servirão como parâmetros para a verificação da aceitabilidade das propostas.
- 1.3. O critério de julgamento será **por grupo**, conforme justificativa apresentada no Termo de Referência.

### 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciados e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
  - 3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
  - 3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os



# MUNICÍPIO DE COCOS

documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



# MUNICÍPIO DE COCOS

- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**
- 4.13.1. *O prazo para resposta do licitante quando da solicitação do Pregoeiro via chat será de até 20 (vinte) minutos, inclusive quando da solicitação para negociação, exceto os itens cujo prazo previsto é de 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação.*
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. *Valor unitário e total do item;*
- 5.1.2. *A marca;*

4.1.3. *Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo previsto no item em que estiver participando.*

- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao quantitativo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**, dado que o valor dos bens em licitação, mesmo individualmente considerado, é mais elevado.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



# MUNICÍPIO DE COCOS

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;





# MUNICÍPIO DE COCOS

- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.





# MUNICÍPIO DE COCOS

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



# MUNICÍPIO DE COCOS

- 8.12.1. *Os documentos exigidos para habilitação contemplados no Sicaf ou não deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação ao pregoeiro, antes de findo o prazo.*
- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.13. **A verificação no Sicaf ou a exigência do envio dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.**
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, § 4º):**
- 8.14.1. *complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e*
- 8.14.2. *atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;*
- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação/pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
  - 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: [www.cocos.ba.gov.br](http://www.cocos.ba.gov.br).



# MUNICÍPIO DE COCOS

## 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no site oficial do Município de Cocos-BA e/ou no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - 11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



# MUNICÍPIO DE COCOS

- 11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 12.2.1. advertência;
  - 12.2.2. multa;
  - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 5% (cinco) por cento do valor do contrato licitado.
  - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 10 % (dez por cento) do valor do contrato licitado.





# MUNICÍPIO DE COCOS

- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 13. DO ABANDONO DA SESSÃO DE DAS SANÇÕES

- 13.1. Considera-se comportamento inidôneo e passível de sanção o abandono da sessão pública pelo licitante, caracterizado, entre outras hipóteses, pela ausência de manifestação após a apresentação de proposta ou lance, especialmente quando convocado pelo Pregoeiro para envio de documentos, negociação, apresentação de proposta realinhada ou quaisquer esclarecimentos necessários ao regular andamento do certame.
- 13.2. O licitante convocado que não se manifestar no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, via sistema eletrônico (chat), será considerado como desistente da proposta, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis.
- 13.3. A conduta descrita no item anterior poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à inexecução total da obrigação assumida, bem como a caracterização de comportamento inidôneo, nos termos do art. 156 do mesmo diploma legal.
- 13.4. Poderão ser aplicadas ao licitante, assegurado o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:
- I – advertência;
  - II – multa, nos termos previstos neste edital;
  - III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
  - IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 13.5. A reincidência na conduta de abandono da sessão ou a sua ocorrência em momento crítico do certame poderá ser considerada agravante para fins de dosimetria da sanção.

## 14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [licitacaopmcocos@hotmail.com](mailto:licitacaopmcocos@hotmail.com).
- 14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.cocos.ba.gov.br](http://www.cocos.ba.gov.br).

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

15.11.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços

15.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

Cocos-BA, 16 de junho de 2026.

**Clewton Domingues de Souza**  
**Prefeito Municipal**



Estado da Bahia  
**MUNICÍPIO DE CÔCOS**

---

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de pintura, acabamentos, esquadrias metálicas, janelas, venezianas, estruturas em aço e materiais correlatos, destinados ao atendimento das necessidades contínuas de manutenção, conservação, adequação, recuperação e melhoria dos prédios públicos, unidades administrativas, equipamentos públicos e demais estruturas vinculadas às Secretarias do Município de Cocos–BA, por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidos neste instrumento.

1.2. A contratação compreende o fornecimento parcelado de materiais e insumos voltados à execução de serviços de manutenção predial e pequenas intervenções estruturais, incluindo, dentre outros: tintas, seladores, massas, solventes, vernizes, texturas e demais materiais de pintura; revestimentos e materiais de acabamento; esquadrias metálicas; portas, portões, janelas e venezianas em alumínio, aço ou ferro; estruturas metálicas diversas; perfis, tubos, chapas e ferragens; vidros e acessórios; além de demais materiais correlatos necessários à conservação, recuperação, adequação e melhoria das edificações e estruturas sob responsabilidade da Administração Pública Municipal.

<b>GRUPO 01 – ESQUADRIAS METÁLICAS E JANELAS</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>V.UNIT.</b>	<b>TOTAL</b>
1	Janela basculante em aço, dimensões de 80 x 60 cm, confeccionada em chapa nº 22, com requadro de 12 cm. Produto com acabamento em pintura fosfatizada, que proporciona maior proteção contra corrosão e melhor aderência para pintura final.	UND.	131	R\$ 325,80	R\$ 42.679,80



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

2	Janela veneziana com grade em aço, dimensões de 1,20 x 1,00 m, confeccionada em chapa nº 22. Possui sistema de ventilação tipo veneziana, que permite a circulação de ar com maior privacidade, e grade de proteção integrada.	UND	131	R\$ 560,00	R\$ 73.360,00
3	Janela basculante, dimensões de 40 x 40 cm, com vidro. Indicada para ventilação e iluminação de ambientes, permitindo abertura prática por sistema basculante. Estrutura resistente, adequada para uso em áreas internas e externas.	UND	20	R\$ 80,00	R\$ 1.600,00
4	Janela basculante, dimensões de 40 x 60 cm, com vidro. Indicada para ventilação e iluminação de ambientes, permitindo abertura prática por sistema basculante. Estrutura resistente, adequada para uso em áreas internas e externas.	UND	20	R\$ 98,00	R\$ 1.960,00
5	Janela veneziana com grade em aço, dimensões de 1,50 x 1,00 m, confeccionada em chapa nº 22, com requadro de 12 cm. Possui sistema de ventilação tipo veneziana, que permite a circulação de ar com maior privacidade, e grade de proteção integrada	UND	131	R\$ 605,30	R\$ 79.294,30
6	Janela veneziana com grade em aço, dimensões de 1,00 x 1,00 m, confeccionada em chapa nº 22, com requadro de 12 cm. Possui sistema de ventilação tipo veneziana, que permite a circulação de ar com maior privacidade, e grade de proteção integrada.	UND	131	R\$ 489,42	R\$ 64.114,02
SUB-TOTAL					R\$ 263.008,12
<b>GRUPO 02 – PORTAS E ESQUADRIAS</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	TOTAL
7	Porta de madeira, folha média (nbr 15930) de 80 x 210 cm, e = 35 mm, núcleo sarrafeado, capa frisada em hdf	UND	80	R\$ 209,95	R\$ 16.796,00
8	Porta de madeira, folha média (nbr 15930) de 70 x 210 cm, e = 35 mm, núcleo sarrafeado, capa frisada em hdf	UND	80	R\$ 229,00	R\$ 18.320,00
9	Porta laminada em aço, dimensões de 0,60 x 2,10 m, confeccionada em chapa nº 28, com requadro de 12 cm. Produto com acabamento em pintura fosfatizada, que proporciona maior resistência à corrosão e melhor aderência para pintura final.	UND	67	R\$ 323,50	R\$ 21.674,50
10	Porta metálica laminada, medindo 0,70 x 2,10 m, confeccionada em chapa de aço nº 28, com requadro de 12 cm. Possui acabamento em pintura fosfatizada, garantindo maior proteção contra corrosão e durabilidade.	UND	67	R\$ 404,00	R\$ 27.068,00
11	Porta metálica laminada, medindo 0,80 x 2,10 m, confeccionada em chapa de aço nº 28, com requadro de 12 cm. Possui acabamento em pintura fosfatizada, que proporciona maior proteção contra corrosão e durabilidade.	UND	67	R\$ 539,00	R\$ 36.113,00
SUB-TOTAL					R\$ 119.971,50
<b>GRUPO 03 – LIXAS E MATERIAIS PARA PREPARAÇÃO DE SUPERFÍCIES</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	TOTAL
12	Lixa d'água grão nº 180, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento fino e acabamento de superfícies metálicas, madeira e pintura.	UND	300	R\$ 4,65	R\$ 1.395,00
13	Lixa d'água grão nº 80, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento médio e remoção de imperfeições em superfícies metálicas, madeira e pintura.	UND	300	R\$ 4,75	R\$ 1.425,00



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

14	Lixa para parede grão nº 80, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento de reboco, massa corrida e superfícies de alvenaria, auxiliando na remoção de imperfeições.	UND	300	R\$ 2,40	R\$ 720,00
15	Lixa para parede grão nº 100, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento e acabamento de reboco, massa corrida e superfícies de alvenaria	UND	500	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
16	Lixa para parede grão nº 120, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento e acabamento de reboco, massa corrida e superfícies de alvenaria	UND	500	R\$ 3,15	R\$ 1.575,00
17	Lixa para parede grão nº 150, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento e acabamento de reboco, massa corrida e superfícies de alvenaria	UND	500	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
18	Lixa para parede grão nº 180, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento e acabamento de reboco, massa corrida e superfícies de alvenaria	UND	500	R\$ 3,14	R\$ 1.570,00
19	Lixa para parede grão nº 220, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento e acabamento de reboco, massa corrida e superfícies de alvenaria	UND	500	R\$ 3,07	R\$ 1.535,00
20	Lixa para ferro grão nº 36, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento grosso, remoção de ferrugem, tinta e imperfeições em superfícies metálicas.	UND	500	R\$ 5,31	R\$ 2.655,00
21	Lixa para ferro grão nº 80, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento grosso, remoção de ferrugem, tinta e imperfeições em superfícies metálicas.	UND	300	R\$ 5,45	R\$ 1.635,00
22	Lixa para ferro grão nº 100, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento médio e acabamento em superfícies metálicas, auxiliando na remoção de imperfeições.	UND	300	R\$ 5,29	R\$ 1.587,00
23	Lixa para ferro grão nº 120, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento fino e acabamento em superfícies metálicas, proporcionando melhor nivelamento e preparação para pintura.	UND	400	R\$ 4,90	R\$ 1.960,00
24	Lixa para ferro grão nº 150, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento fino e acabamento em superfícies metálicas, proporcionando melhor preparação para pintura.	UND	400	R\$ 4,97	R\$ 1.988,00
25	Lixa para ferro grão nº 220, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento extra fino e acabamento final em superfícies metálicas, proporcionando melhor preparação para pintura.	UND	300	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00
26	Lixa para madeira grão nº 36, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento grosso, remoção de imperfeições e desbaste inicial em superfícies de madeira.	UND	151	R\$ 2,47	R\$ 372,97
<b>SUB-TOTAL</b>					<b>R\$ 22.917,97</b>
<b>GRUPO 04 – FITAS, MANTAS E MATERIAIS DE VEDAÇÃO</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	TOTAL
27	Palha de aço tipo grossa nº 01, indicada para limpeza pesada, remoção de sujeiras difíceis e resíduos em superfícies diversas.	PCTS	67	R\$ 25,60	R\$ 1.715,20
28	Palha de aço tipo grossa nº 02, indicada para limpeza pesada, remoção de sujeiras difíceis, ferrugem e resíduos em superfícies metálicas e utensílios.	PCTS	67	R\$ 38,83	R\$ 2.601,61



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

29	Fita manta autoadesiva, com largura mínima de 15 cm e comprimento de 10 metros, indicada para vedação, impermeabilização e reparos em telhados, calhas, rufos e superfícies diversas.	Rolos	500	R\$ 48,58	R\$ 24.290,00
30	Fita manta autoadesiva, com largura mínima de 20 cm e comprimento de 10 metros, indicada para vedação, impermeabilização e reparos em telhados, calhas, rufos e superfícies diversas.	Rolos	600	R\$ 54,50	R\$ 32.700,00
31	Fita manta autoadesiva, com largura mínima de 30 cm e comprimento de 10 metros, indicada para vedação, impermeabilização e reparos em telhados, calhas, rufos e superfícies diversas.	Rolos	550	R\$ 68,49	R\$ 37.669,50
SUB-TOTAL					R\$ 98.976,31
<b>GRUPO 05 – FIXADORES, PARAFUSOS E FERRAGENS</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	TOTAL
32	Abraçadeira metálica em aço, indicada para fixação e união de cordoalhas e cabos de aço de 3/8". Proporciona alta resistência, firmeza e segurança na montagem	UND	131	R\$ 4,45	R\$ 582,95
33	Arruela metálica para parafuso de 3/8", utilizada para distribuição de carga e proteção da superfície de fixação. Indicada para aplicações em madeira e metal	UND	1040	R\$ 0,54	R\$ 561,60
34	Arruela metálica para parafuso de 5/8", utilizada para distribuição de carga e proteção da superfície de fixação. Indicada para aplicações em madeira e metal	UND	1040	R\$ 1,00	R\$ 1.040,00
35	Arruela metálica para parafuso de 1/2", utilizada para distribuição de carga e proteção da superfície de fixação. Indicada para aplicações em madeira e metal	UND	1040	R\$ 1,00	R\$ 1.040,00
36	Broca helicoidal em aço, com comprimento aproximado de 30 cm e diâmetro de 1/2", indicada para perfuração de madeira, especialmente mourões e peças de maior espessura.	UND	40	R\$ 96,74	R\$ 3.869,60
37	Bucha plástica nº 10 com anel metálico, indicada para fixação em alvenaria e concreto. Proporciona melhor acabamento e firme ancoragem, sendo ideal para instalação de suportes e objetos em geral.	UND	1040	R\$ 0,37	R\$ 384,80
38	Bucha plástica nº 08 com anel metálico, indicada para fixação em alvenaria e concreto. Proporciona melhor acabamento e firme ancoragem, sendo ideal para instalação de suportes e objetos em geral.	UND	1040	R\$ 0,30	R\$ 312,00
39	Bucha plástica tipo S10 acompanhada de parafuso, indicada para fixação em alvenaria e concreto. Proporciona alta resistência e firme ancoragem, sendo ideal para instalação de suportes, prateleiras e objetos de maior peso.	UND	780	R\$ 0,90	R\$ 702,00
40	Bucha plástica tipo S6 acompanhada de parafuso, indicada para fixação em alvenaria e concreto. Proporciona firme ancoragem, sendo adequada para instalação de suportes, prateleiras e objetos em geral.	UND	780	R\$ 0,83	R\$ 647,40
41	Bucha plástica tipo S8 acompanhada de parafuso, indicada para fixação em alvenaria e concreto. Proporciona firme ancoragem, sendo adequada para instalação de suportes, prateleiras e objetos em geral.	UND	1040	R\$ 0,94	R\$ 977,60





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

42	Gancho metálico acompanhado de bucha plástica nº 08, indicado para fixação em paredes de alvenaria e concreto. Ideal para sustentação de objetos leves, proporcionando boa fixação e segurança.	UND	391	R\$ 1,11	R\$ 434,01
43	Esticador tipo parafuso, em aço, com rosca 3/8" e comprimento aproximado de 30 cm, indicado para tensionamento e ajuste de cordoalhas, cabos de aço e arames. Proporciona regulação precisa, alta resistência mecânica e segurança na fixação.	UND	391	R\$ 17,04	R\$ 6.662,64
44	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 1/2" de diâmetro por 3" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196	R\$ 4,87	R\$ 954,52
45	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 1/2" de diâmetro por 5" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196	R\$ 5,00	R\$ 980,00
46	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 1/2" de diâmetro por 6" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196	R\$ 5,39	R\$ 1.056,44
47	Parafuso francês com porca, dimensão 1/2" x 8", fabricado em aço de alta resistência. Possui cabeça abaulada com pescoço quadrado, que impede o giro durante a fixação, garantindo maior firmeza e segurança na montagem.	UND	196	R\$ 5,04	R\$ 987,84
48	Parafuso francês com porca, dimensão 1/4" x 1", fabricado em aço de alta resistência. Possui cabeça abaulada com pescoço quadrado, que evita o giro durante a fixação, proporcionando maior firmeza e segurança na montagem.	UND	196	R\$ 1,07	R\$ 209,72
49	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 1/4" de diâmetro por 2" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações leves em madeira e estruturas metálicas	UND	196	R\$ 1,77	R\$ 346,92
50	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 1/4" de diâmetro por 3" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações leves em madeira e estruturas metálicas	UND	196	R\$ 1,40	R\$ 274,40
51	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 1/4" de diâmetro por 4" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações leves em madeira e estruturas metálicas	UND	196	R\$ 1,41	R\$ 276,36
52	Parafuso francês 1/4" x 5", em aço zincado, cabeça redonda lisa com pescoço quadrado, acompanhado de porca sextavada, indicado para fixações em madeira e estruturas metálicas leves.	UND	196	R\$ 1,89	R\$ 370,44
53	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 3/8" de diâmetro por 6" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal"	UND	260	R\$ 2,85	R\$ 741,00
54	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 3/8" de diâmetro por 7" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	260	R\$ 5,20	R\$ 1.352,00



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

55	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 3/8" de diâmetro por 8" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196	R\$ 6,52	R\$ 1.277,92
56	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 3/8" de diâmetro por 9" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196	R\$ 6,00	R\$ 1.176,00
57	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 5/16" de diâmetro por 1" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações leves em madeira e estruturas metálicas	UND	131	R\$ 2,18	R\$ 285,58
58	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 5/16" de diâmetro por 2" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	131	R\$ 2,84	R\$ 372,04
59	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 5/16" de diâmetro por 3" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	131	R\$ 2,91	R\$ 381,21
60	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 5/16" de diâmetro por 7" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196	R\$ 3,31	R\$ 648,76
61	Parafuso tipo francês (cabeça abaulada), em aço, com rosca parcial, medindo 5/16" de diâmetro por 8" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196	R\$ 3,40	R\$ 666,40
62	Parafuso de aço, tamanho nº 08, indicado para fixação de vaso sanitário ao piso, garantindo firmeza e segurança na instalação. Possui resistência à corrosão, podendo ser zincado ou inox.	UND	196	R\$ 3,03	R\$ 593,88
63	Parafuso de aço, tamanho nº 10, indicado para fixação de vaso sanitário ao piso, proporcionando firmeza e segurança na instalação. Produto resistente à corrosão, podendo ser zincado ou inox, conforme especificação.	UND	196	R\$ 5,11	R\$ 1.001,56
64	Prego de aço com cabeça chata e corpo liso, medindo aproximadamente 15 mm de bitola por 15 mm de comprimento. Indicado para fixações leves em madeira, com boa resistência e durabilidade.	Quilogramas	60	R\$ 25,16	R\$ 1.509,60
65	Prego de aço com cabeça chata e corpo liso, medindo aproximadamente 17 mm de bitola por 21 mm de comprimento. Indicado para fixação em madeira em serviços leves de construção e marcenaria	Quilogramas	60	R\$ 22,00	R\$ 1.320,00
66	Prego de aço com cabeça chata e corpo liso, medindo aproximadamente 17 mm de bitola por 27 mm de comprimento. Indicado para fixação em madeira em serviços leves de construção e marcenaria, com boa resistência e durabilidade.	Quilogramas	60	R\$ 23,45	R\$ 1.407,00
67	Prego de aço com cabeça chata e corpo liso, medindo aproximadamente 18 mm de bitola por 30 mm de comprimento. Indicado para fixação em madeira em serviços leves de construção e marcenaria, com boa resistência e durabilidade.	Quilogramas	60	R\$ 24,90	R\$ 1.494,00



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

68	Prego de aço com cabeça chata e corpo liso, medindo aproximadamente 19 mm de bitola por 36 mm de comprimento. Indicado para fixação em madeira em serviços de construção e marcenaria, oferecendo boa resistência e durabilidade.	Quilogramas	60	R\$ 23,47	R\$ 1.408,20
69	Prego comum de aço, com cabeça chata e corpo liso, medindo aproximadamente 19 mm de diâmetro (bitola) por 39 mm de comprimento, indicado para uso geral em construções, marcenaria e serviços de fixação em madeira.	Quilogramas	60	R\$ 26,20	R\$ 1.572,00
70	Rebite cego (tipo pop), dimensão nº 4,0 x 16 mm, acondicionado em caixa contendo 100 unidades. Fabricado em material resistente, indicado para fixação permanente de chapas metálicas, plásticos e outros materiais.	Caixas	40	R\$ 26,79	R\$ 1.071,60
71	Rebite cego (tipo pop), dimensão nº 4,0 x 19 mm, acondicionado em caixa contendo 100 unidades. Fabricado em material resistente, indicado para fixação permanente de chapas metálicas, plásticos e outros materiais.	Caixas	40	R\$ 32,00	R\$ 1.280,00
72	Rebite cego (tipo pop), dimensão nº 4,8 x 30 mm, acondicionado em caixa contendo 100 unidades. Fabricado em material resistente, indicado para fixação permanente de chapas metálicas, plásticos e outros materiais.	Caixas	40	R\$ 33,63	R\$ 1.345,20
SUB-TOTAL					R\$ 43.575,19
<b>GRUPO 06 – LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS SANITÁRIOS</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	TOTAL
73	Chuveiro frio, de pequeno porte, confeccionado em material plástico resistente, acompanhado de braço em plástico com comprimento de 40 cm, conexão com bitola de 1/2 polegada	UND	80	R\$ 25,00	R\$ 2.000,00
74	Chuveiro elétrico para água quente, com três níveis de temperatura, tensão de 220 volts, confeccionado em material plástico resistente. Acompanha braço em alumínio com comprimento de 40 cm, conexão com bitola de 1/2 polegada.	UND	151	R\$ 127,83	R\$ 19.302,33
75	Conjunto completo para banheiro em porcelana sanitária de alta qualidade, composto por vaso sanitário com caixa acoplada e lavatório com coluna. Acabamento na cor branca, com design funcional e resistente, indicado para uso residencial ou institucional.	UND	80	R\$ 825,89	R\$ 66.071,20
76	Conjunto kit para banheiro, composto por porta papel toalha interfolhado, porta papel higiênico e dispenser para sabonete líquido com sistema de trava para fechamento. Confeccionados em material acrílico de alta resistência, na cor branca.	UND	51	R\$ 100,50	R\$ 5.125,50
77	Conj. Kit universal para vaso sanitário acoplado, com dois botões de acionamento (meia descarga e descarga completa)	UND	27	R\$ 204,45	R\$ 5.520,15
78	Pia em fibra sintética de alta resistência, contendo uma cuba, com dimensões aproximadas de 1,20 m de comprimento por 0,54 m de largura	UND	27	R\$ 267,92	R\$ 7.233,84
79	Pia em aço inoxidável de alta qualidade, contendo duas cubas, com dimensões aproximadas de 1,20 m de comprimento por 0,54 m de largura. Produto resistente à corrosão, durável e de fácil higienização, indicado para uso em cozinhas residenciais	UND	31	R\$ 510,00	R\$ 15.810,00



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

80	Pia em aço inoxidável de alta qualidade, contendo duas cubas, com dimensões aproximadas de 1,50 m de comprimento por 0,54 m de largura. Produto resistente à corrosão, com excelente durabilidade e acabamento, indicado para uso em cozinhas residenciais	UND	38	R\$ 665,77	R\$ 25.299,26
81	Pia em aço inoxidável de alta qualidade, contendo duas cubas, com dimensões aproximadas de 1,80 m de comprimento por 0,54 m de largura. Produto resistente à corrosão, com excelente durabilidade e acabamento, indicado para uso em cozinhas residenciais	UND	35	R\$ 730,00	R\$ 25.550,00
82	Tanque em fibra sintética de alta resistência, com dimensões aproximadas de 1,20 m de comprimento por 0,60 m de largura, contendo dois lavatórios. Produto leve, durável e resistente à umidade, indicado para uso em áreas de serviço residenciais	UND	51	R\$ 351,35	R\$ 17.918,85
83	Tanque em fibra sintética de alta resistência, com dimensões aproximadas de 1,60 m de comprimento por 0,50 m de largura, contendo três lavatórios. Produto leve, durável e resistente à umidade, indicado para uso em áreas de serviço residenciais	UND	51	R\$ 489,31	R\$ 24.954,81
SUB-TOTAL					R\$ 214.785,94
<b>GRUPO 07 – IMPERMEABILIZANTES, SELANTES E PRODUTOS QUÍMICOS</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	TOTAL
84	Pigmento mineral em pó tipo xadrez, acondicionado em embalagem de 250 gramas, disponível em diversas cores. Indicado para tingimento e coloração de materiais à base de cimento, como argamassas, concretos, rejantes e tintas, proporcionando alta fixação.	UND	100	R\$ 25,03	R\$ 2.503,00
85	Pigmento mineral em pó tipo xadrez, acondicionado em embalagem de 500 gramas, disponível em diversas cores. Indicado para tingimento e coloração de materiais à base de cimento, como argamassas, concretos, rejantes e tintas, proporcionando alta fixação.	UND	104	R\$ 34,90	R\$ 3.629,60
86	Veda calha, selante de vedação especial, em tubo, alumínio, selador mono componente à base de borracha sintética, em solventes orgânicos, com mínimo 280ml com bico aplicador.	UND	200	R\$ 25,37	R\$ 5.074,00
87	Corante líquido, bisnaga em tubo com 50 ml, tinta a base d'água, diversas cores, em caixa com 12 unidades.	Caixas	1000	R\$ 66,00	R\$ 66.000,00
88	Impermeabilizante para concretos e argamassas, embalagem de 1 litro, densidade: 1,05 g/cm³; aparência emulsão pastosa, cor branca; composição básica: sais metálicos e silicatos.	UND	51	R\$ 24,69	R\$ 1.259,19
89	Piche líquido, tinta betuminosa à base de alcatrão de hulha, acondicionado em lata de 18 litros. Produto com densidade aproximada de 1,18 g/cm³, de aspecto líquido e cor preta.	Latas	15	R\$ 509,83	R\$ 7.647,45
90	Revestimento impermeabilizante contra infiltrações; componentes básicos: A - densidade: 1,23 g/cm³ e B - densidade: 1,03 g/cm³; em lata contendo 3.600 ml.	UND	15	R\$ 94,06	R\$ 1.410,90
91	Selador acrílico para paredes, acondicionado em lata contendo 3,6 litros. Indicado para selagem de superfícies internas e externas de alvenaria, como reboco, concreto, gesso e fibrocimento, proporcionando uniformização da absorção	UND	100	R\$ 70,00	R\$ 7.000,00



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

92	Selador acrílico para paredes, acondicionado em lata contendo 18 litros. Indicado para selagem de superfícies internas e externas de alvenaria, como reboco, concreto, gesso e fibrocimento, proporcionando uniformização da absorção	UND	300	R\$ 201,32	R\$ 60.396,00
93	Solvente orgânico tipo thinner, acondicionado em galão com 900 ml. Indicado para diluição de tintas esmalte sintético, vernizes, primers e limpeza de ferramentas e equipamentos de pintura	UND	200	R\$ 46,00	R\$ 9.200,00
94	Solvente orgânico tipo thinner, acondicionado em galão com 5 litros. Indicado para diluição de tintas esmalte sintético, vernizes, primers e para limpeza de ferramentas e equipamentos de pintura.	UND	100	R\$ 189,00	R\$ 18.900,00
<b>SUB-TOTAL</b>					<b>R\$ 183.020,14</b>
<b>GRUPO 08 – TINTAS E MATERIAIS DE PINTURA</b>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	TOTAL
95	Tinta para piso acrílica Premium, acondicionada em lata de 18 litros. Indicada para pintura e proteção de superfícies cimentadas, como pisos de concreto, quadras poliesportivas, calçadas, garagens e áreas externas.	UND	300	R\$ 399,25	R\$ 119.775,00
96	Tinta spray aerossol, acondicionada em lata com 350 ml, acabamento fosco, disponível em diversas cores. Indicada para pintura e retoques em superfícies de metal, madeira, plástico, cerâmica e alvenaria.	UND	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
97	Tinta acrílica fosca econômica antimofa, acondicionada em lata de 18 litros. Indicada para pintura de superfícies internas e externas de alvenaria, como reboco, concreto, gesso e fibrocimento.	Galões	1000	R\$ 352,00	R\$ 352.000,00
98	Tinta acrílica semi brilho, categoria standard, embalagem de 18 litros, indicada para aplicação em ambientes internos e externos, com boa cobertura, rendimento e resistência, apropriada para superfícies de alvenaria, reboco, concreto, massa corrida	Galões	500	R\$ 700,00	R\$ 350.000,00
99	Tinta esmalte sintético Premium de secagem rápida, acondicionado em galão com 900 ml. Indicada para pintura e proteção de superfícies de madeira, metal e alvenaria previamente preparadas, em ambientes internos e externos.	UND	600	R\$ 80,00	R\$ 48.000,00
100	Tinta esmalte sintético Premium de secagem rápida, acondicionado em galão com 3.600 ml. Indicada para pintura e proteção de superfícies de madeira, metal e alvenaria previamente preparadas, em ambientes internos e externos.	UND	1000	R\$ 225,95	R\$ 225.950,00
101	Massa corrida PVA, acondicionada em lata de 18 litros (aproximadamente 25 kg). Indicada para nivelamento e correção de imperfeições em superfícies internas de alvenaria, como reboco, concreto e gesso.	Latas	300	R\$ 199,00	R\$ 59.700,00
102	Massa corrida PVA, acondicionada em lata de 3.600 ml (aproximadamente 6 kg). Indicada para nivelamento e correção de imperfeições em superfícies internas de alvenaria, como reboco, concreto e gesso.	Latas	100	R\$ 53,00	R\$ 5.300,00
103	Massa acrílica, acondicionada em lata de 3.600 ml (aproximadamente 6 kg). Indicada para nivelamento e correção de imperfeições em superfícies internas e externas de alvenaria, como reboco, concreto e fibrocimento.	Latas	100	R\$ 98,43	R\$ 9.843,00



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

104	Massa acrílica, acondicionada em lata de 18 litros (25 kg), indicada para nivelamento e correção de superfícies internas e externas, proporcionando acabamento liso e de fácil lixamento, ideal para aplicação em alvenaria, concreto e reboco.	Latas	200	R\$ 292,50	R\$ 58.500,00
SUB-TOTAL					R\$ 1.239.568,00
TOTAL					R\$ 2.185.823,17

1.3. As licitantes deverão elaborar suas propostas em estrita conformidade com as especificações, características técnicas, unidades de fornecimento e demais condições constantes neste Termo de Referência e em seus anexos, as quais prevalecerão, para todos os os fins, sobre eventuais divergências existentes no Sistema Compras.gov.br ou em qualquer outro sistema utilizado para operacionalização do certame.

1.4. As propostas deverão observar, no mínimo, os requisitos técnicos, padrões de qualidade e especificações estabelecidas neste instrumento convocatório, sob pena de desclassificação por incompatibilidade com o objeto licitado.

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Municipal nº 108/2024, de 10 de dezembro de 2024, sendo os materiais pretendidos indispensáveis à manutenção, conservação, adequação e melhoria das estruturas públicas municipais.

1.8. O prazo de vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantagem para a Administração e observados os requisitos legais aplicáveis.

1.9. As condições específicas relativas ao fornecimento, prazos de entrega, recebimento, execução contratual, gestão, fiscalização, vigência e eventual prorrogação encontram-se detalhadas neste Termo de Referência e na minuta contratual integrante do procedimento.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de materiais de pintura, acabamentos, esquadrias metálicas, janelas, venezianas, estruturas em aço e materiais correlatos, necessários à execução das atividades de manutenção, conservação, adequação, recuperação e melhoria dos bens públicos do Município de Cocos–BA, sob responsabilidade das diversas Secretarias Municipais, especialmente da Secretaria Municipal de Infraestrutura.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

2.2. A necessidade da contratação decorre da demanda permanente e variável por materiais destinados à manutenção predial, recuperação de estruturas, revitalização de ambientes, substituição de esquadrias danificadas, execução de reparos e pequenas intervenções em prédios públicos, unidades administrativas, escolas, unidades de saúde, praças, equipamentos públicos e demais estruturas vinculadas à Administração Municipal. A ausência desses materiais compromete diretamente a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, além de impactar negativamente as condições de uso, segurança, conservação e funcionalidade dos espaços públicos.

2.3. A definição da demanda foi fundamentada em levantamento técnico realizado pela unidade competente, considerando o histórico de consumo dos exercícios anteriores, as necessidades recorrentes de manutenção corretiva e preventiva, as solicitações encaminhadas pelas Secretarias Municipais, bem como as projeções de futuras intervenções necessárias à preservação do patrimônio público municipal.

2.4. Ressalta-se que os materiais a serem adquiridos possuem características padronizadas e especificações técnicas objetivamente definidas, sendo amplamente comercializados no mercado, o que possibilita sua aquisição por meio de procedimento licitatório na modalidade adequada, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

2.5. Ademais, a inexistência de estoque suficiente e a necessidade de garantir agilidade no atendimento das demandas das diversas Secretarias Municipais tornam imprescindível a contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento dos materiais pretendidos, de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração.

2.6. A solução adotada — Sistema de Registro de Preços com fornecimento parcelado — mostra-se a mais adequada ao interesse público, por possibilitar maior flexibilidade na gestão da contratação, permitindo aquisições conforme a demanda efetiva, evitando estoques excessivos ou insuficientes, promovendo economicidade, eficiência administrativa e continuidade dos serviços públicos.

2.7. Dessa forma, a contratação pretendida encontra-se devidamente fundamentada no planejamento administrativo municipal, estando alinhada às necessidades institucionais da Administração Pública e às disposições da Lei nº 14.133/2021, conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar.

## 3. DA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Conforme análise realizada pela equipe de planejamento da contratação, será adotado o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP, com fundamento no Capítulo XVIII do Decreto Municipal nº 021/2024 e no Capítulo X da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no art. 82, em razão das características e da natureza da demanda pretendida.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

3.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de aquisição futura e eventual de materiais de pintura, acabamentos, esquadrias metálicas, janelas, venezianas, estruturas em aço e materiais correlatos, cuja utilização ocorrerá de forma parcelada e variável, conforme as demandas apresentadas pelas Secretarias e unidades administrativas do Município. Os materiais serão solicitados gradativamente, de acordo com a necessidade da Administração, não sendo possível definir previamente o quantitativo exato a ser consumido durante a vigência da contratação.

3.3. O Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada ao interesse público, por possibilitar maior flexibilidade na gestão contratual, permitindo aquisições sob demanda, evitando a formação de estoques excessivos ou insuficientes e reduzindo o risco de desperdícios, deterioração ou aquisições desnecessárias. Além disso, o modelo proporciona maior eficiência administrativa e racionalização dos gastos públicos, uma vez que a Administração mantém preços previamente registrados para futuras contratações, sem a obrigatoriedade de aquisição imediata e integral dos quantitativos estimados.

3.4. A utilização do SRP também se justifica pela necessidade de contratações frequentes destinadas à manutenção, conservação, adequação, recuperação e melhoria de prédios públicos, unidades administrativas, equipamentos públicos e demais estruturas vinculadas às Secretarias Municipais, garantindo maior agilidade no atendimento das demandas operacionais e na execução dos serviços públicos.

3.5. Ademais, a adoção do Sistema de Registro de Preços encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, contribuindo para a redução do número de procedimentos licitatórios repetitivos e possibilitando maior padronização das aquisições ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

3.6. A opção pelo fornecimento parcelado e sob demanda está em consonância com o disposto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, considerando a impossibilidade de previsão exata do quantitativo a ser efetivamente utilizado pela Administração durante o período de vigência da contratação.

## 4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. Conforme disposto no item 7 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o julgamento da licitação será realizado por **itens agrupados em lotes de natureza similar (itens afins)**.

4.2. A adoção do critério de julgamento por grupos de itens justifica-se em razão da natureza diversificada dos materiais de construção, os quais apresentam diferentes características técnicas, aplicações e dinâmicas de mercado, exigindo solução que concilie competitividade e eficiência administrativa.

4.3. O parcelamento do objeto em grupos de itens afins:



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- a) Viabiliza a participação de fornecedores especializados em determinados segmentos da construção civil;
- b) Amplia a competitividade do certame, evitando restrições indevidas à participação;
- c) Preserva ganhos de escala dentro de cada grupo, contribuindo para a obtenção de preços mais vantajosos;
- d) Respeita as particularidades técnicas e comerciais de cada conjunto de materiais;
- e) Proporciona maior eficiência na gestão contratual, no controle do fornecimento e na logística de entrega;
- f) Favorece a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com a legislação vigente.

4.4. Ressalta-se que a adoção do parcelamento em grupos representa solução intermediária adequada, evitando tanto a concentração excessiva do objeto em lote único — que poderia restringir a competitividade — quanto a fragmentação total por item, que poderia comprometer a economicidade e a eficiência administrativa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

4.5. O critério adotado encontra-se alinhado aos princípios da competitividade, economicidade, eficiência e isonomia, bem como às diretrizes de parcelamento do objeto previstas nos arts. 47 e 48 da Lei nº 14.133/2021.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. Requisitos gerais**

6.1.1. A contratação deverá observar requisitos de natureza técnica, operacional, legal, funcional e de sustentabilidade, visando garantir o fornecimento adequado de materiais de pintura, acabamentos, esquadrias metálicas, janelas, venezianas, estruturas em aço e materiais correlatos, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### **6.2. Requisitos técnicos dos materiais**

6.2.1. Os materiais a serem fornecidos deverão:



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- a) Ser novos, de primeiro uso e sem qualquer indício de avarias, defeitos ou impropriedades de fabricação;
- b) Atender integralmente às especificações técnicas, dimensões, padrões de qualidade e características definidas neste Termo de Referência;
- c) Estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como demais normas técnicas e regulamentares pertinentes;
- d) Apresentar qualidade, resistência, acabamento e durabilidade compatíveis com sua finalidade e utilização em ambientes públicos;
- e) Possuir compatibilidade com os serviços de manutenção, conservação, adequação e recuperação das estruturas públicas municipais.

## 6.3. Padronização e conformidade

6.3.1. Os materiais deverão observar padrão mínimo de qualidade e uniformidade, sendo vedado o fornecimento de produtos com especificações divergentes que possam comprometer a execução dos serviços ou a padronização das estruturas públicas.

6.3.2. Quando aplicável, os produtos deverão possuir certificações, selos de qualidade, identificação do fabricante, informações técnicas e comprovação de conformidade com normas técnicas vigentes.

6.3.3. As tintas, solventes, seladores, massas e produtos químicos correlatos deverão ser fornecidos em embalagens originais, lacradas e devidamente identificadas, contendo informações sobre composição, fabricante, lote, validade e instruções de uso.

## 6.4. Requisitos de fornecimento

6.4.1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Administração Municipal e mediante emissão de ordem de fornecimento ou requisição formal.

6.4.2. A contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga, acondicionamento e entrega dos materiais, garantindo sua integridade até o recebimento definitivo pela Administração.

6.4.3. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração Municipal, dentro do perímetro urbano ou rural do Município de Cocos–BA, conforme necessidade da Secretaria solicitante.

6.4.4. A contratada deverá assegurar condições adequadas de transporte e armazenamento, especialmente para materiais sujeitos a avarias, deformações, corrosão, umidade ou deterioração.

## 6.5. Prazo de entrega



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

6.5.1. O prazo de entrega deverá observar as necessidades operacionais da Administração e será definido no Termo de Referência ou na ordem de fornecimento, de forma a não comprometer a continuidade dos serviços de manutenção, conservação e adequação das estruturas públicas municipais.

6.5.2. Em casos de urgência devidamente justificada pela Administração, a contratada deverá priorizar o fornecimento dos materiais solicitados.

## **6.6. Armazenamento, validade e substituição**

6.6.1. Quando aplicável, os materiais deverão:

- a) Observar os prazos de validade estabelecidos pelo fabricante;
- b) Ser acondicionados e transportados em condições adequadas de conservação e segurança;
- c) Ser substituídos pela contratada, sem ônus para a Administração, nos casos de defeitos, avarias, deterioração, vencimento, desconformidade técnica ou incompatibilidade com as especificações exigidas.

## **6.7. Requisitos da contratada**

6.7.1. A contratada deverá:

- a) Comprovar habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação econômico-financeira, nos termos da legislação vigente;
- b) Demonstrar capacidade operacional e logística para fornecimento parcelado dos materiais;
- c) Cumprir integralmente as condições, especificações, prazos e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;
- d) Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais fornecidos e pela substituição imediata daqueles considerados inadequados ou em desconformidade.

## **6.8. Sustentabilidade**

6.8.1. Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais e produtos que:

- a) Possuam menor impacto ambiental em seu processo de fabricação, utilização ou descarte;
- b) Atendam às normas ambientais e de segurança vigentes;
- c) Apresentem eficiência na utilização de recursos naturais;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

d) Possuam embalagens recicláveis ou que permitam destinação ambientalmente adequada.

## 6.9. Garantia dos materiais

6.9.1. Os materiais fornecidos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, qualidade ou inadequação de uso, devendo a contratada promover a substituição dos itens rejeitados ou defeituosos no prazo estabelecido pela Administração, sem quaisquer custos adicionais.

6.9.2. O recebimento dos materiais pela Administração não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, durabilidade e conformidade dos produtos fornecidos.

## 6.10. Fiscalização

6.10.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pela Administração, que poderá recusar materiais em desacordo com as especificações, aplicando as sanções cabíveis nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 6.11. Subcontratação

6.11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 6.12. Garantia da contratação

6.12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os materiais de construção deverão ser fornecidos conforme as condições a seguir:

7.1.1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, no prazo de até 07 (sete) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, mediante justificativa formal aceita pela Administração;

7.1.2. Os materiais deverão ser entregues no âmbito do Município de Cocos–BA, em local previamente indicado na Ordem de Fornecimento, podendo abranger prédios públicos, obras em execução, vias urbanas ou rurais e demais estruturas sob responsabilidade da Administração, de segunda a sexta-feira, em horário comercial;

7.1.3. A Ordem de Fornecimento será emitida pelo Setor de Compras ou setor competente do Município;

7.1.4. Os materiais deverão atender rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo sua conformidade verificada no ato do recebimento provisório e definitivo;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

7.1.5. A contratada obriga-se a fornecer os materiais conforme as especificações e quantitativos constantes na Ordem de Fornecimento, não sendo admitidas substituições sem prévia autorização da Administração;

7.1.6. Os materiais deverão estar disponíveis para fornecimento a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços;

7.1.7. É indispensável que os materiais atendam às normas técnicas aplicáveis, especialmente às normas da ABNT, e apresentem padrão de qualidade compatível com o mercado;

7.1.8. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, sem avarias, defeitos ou danos, devidamente acondicionados e transportados de forma adequada, garantindo sua integridade até o local de entrega;

7.1.9. Quando aplicável (tais como cimento, argamassas, rejuntas, produtos industrializados e similares), os materiais deverão conter identificação de lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação vigente;

7.1.10. A entrega deverá ser acompanhada da respectiva Nota Fiscal e da correspondente Ordem de Fornecimento, contendo a discriminação detalhada dos itens fornecidos.

## **7.2. Prazo da Garantia**

7.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **8.1. São obrigações da Contratante:**

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber os materiais no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos materiais fornecidos, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos, no todo ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, especialmente quanto à conformidade dos materiais entregues com as especificações técnicas exigidas;

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 8.1.6. Aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação e no contrato, quando cabíveis;
- 8.1.7. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município de Cocos–BA para adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual;
- 8.1.8. Emitir decisão fundamentada sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual;
- 8.1.9. Decidir, no prazo de até 30 (trinta) dias, os requerimentos apresentados pela Contratada, admitida prorrogação motivada por igual período;
- 8.1.10. Analisar e responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.1.11. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros decorrentes da execução do contrato.

## **8.2. São obrigações da Contratada:**

- 8.2.1. Cumprir integralmente todas as obrigações constantes do contrato e deste Termo de Referência, assumindo os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;
- 8.2.2. Fornecer os materiais de pintura, acabamentos, esquadrias metálicas, janelas, venezianas, estruturas em aço e demais materiais correlatos conforme as especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos na Ordem de Fornecimento;
- 8.2.3. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais impedimentos ao cumprimento do prazo de entrega, devidamente justificados;
- 8.2.4. Atender prontamente às determinações do fiscal ou gestor do contrato;
- 8.2.5. Substituir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, os materiais que apresentarem vícios, defeitos, avarias ou desconformidade com as especificações;
- 8.2.6. Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais nos locais indicados, garantindo sua integridade até o recebimento definitivo;
- 8.2.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos materiais;
- 8.2.8. Quando não for possível a verificação no SICAF, apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos;
- 8.2.9. Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 8.2.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;
- 8.2.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência relevante que impacte a execução do fornecimento;
- 8.2.12. 8.2.12. Observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, garantindo a qualidade, resistência, acabamento e conformidade dos materiais fornecidos, inclusive quanto às esquadrias metálicas, estruturas em aço, tintas e materiais de acabamento;
- 8.2.13. Cumprir as normas de segurança aplicáveis ao transporte e manuseio dos materiais, especialmente em relação a cargas pesadas ou potencialmente perigosas;
- 8.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento de sua proposta, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro;
- 8.2.15. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021;
- 8.2.16. Guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em razão da execução contratual.

## 9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega dos materiais será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro por apostilamento.
- 9.3. As comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de meio eletrônico, especialmente para envio de Ordens de Fornecimento, notificações e solicitações.
- 9.4. A Administração poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências imediatas relacionadas ao fornecimento dos materiais.
- 9.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial com a Contratada para alinhamento das condições de fornecimento, logística de entrega, locais de descarregamento, prazos, procedimentos de fiscalização e demais obrigações contratuais.

### Fiscalização



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

9.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s), ou seus substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

## **Fiscalização Técnica**

9.7. O fiscal técnico acompanhará o fornecimento dos materiais, verificando o cumprimento das especificações técnicas, quantidades, prazos e condições de entrega estabelecidas.

9.8. Caberá ao fiscal técnico, no ato da entrega:

- a) Conferir quantitativamente os materiais entregues;
- b) Verificar a conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência;
- c) Avaliar as condições físicas dos materiais (avarias, umidade, integridade, validade, quando aplicável);
- d) Registrar eventuais inconformidades.

9.9. O fiscal técnico anotará todas as ocorrências no histórico de gerenciamento do contrato, indicando as providências necessárias à correção de falhas.

9.10. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico notificará a Contratada para substituição ou correção dos materiais, fixando prazo para atendimento.

9.11. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato situações que extrapolem sua competência ou que possam comprometer a execução contratual.

## **Fiscalização Administrativa**

9.12. O fiscal administrativo acompanhará os aspectos formais do contrato, incluindo:

- a) Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada;
- b) Controle de empenhos, liquidações e pagamentos;
- c) Acompanhamento de eventuais penalidades, glosas e ajustes contratuais.

9.13. Em caso de irregularidade administrativa, o fiscal deverá adotar as providências necessárias ou comunicar ao gestor do contrato.

## **Gestão do Contrato**



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

9.14. O gestor do contrato será responsável pela coordenação geral da execução contratual, consolidando as informações prestadas pelos fiscais e garantindo o cumprimento das condições estabelecidas.

9.15. Compete ao gestor:

- a) Acompanhar a execução do contrato com base nos registros da fiscalização;
- b) Avaliar o desempenho da Contratada quanto ao cumprimento das obrigações;
- c) Autorizar, quando cabível, ajustes, prorrogações e demais alterações contratuais;
- d) Controlar a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

9.16. O gestor do contrato deverá verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada como requisito para pagamento.

9.17. O gestor emitirá atesto quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, com base nas informações da fiscalização, especialmente quanto à conformidade dos materiais fornecidos.

9.18. Em caso de descumprimento contratual, o gestor adotará as providências necessárias à aplicação de sanções, mediante instauração de processo administrativo próprio.

9.19. Ao final da execução contratual, o gestor elaborará relatório conclusivo, avaliando a adequação da contratação, a qualidade dos materiais fornecidos e eventuais melhorias para contratações futuras.

9.20. O gestor encaminhará a documentação necessária ao setor competente para fins de liquidação e pagamento, conforme os materiais efetivamente recebidos e atestados.

## 10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

10.1. Os materiais de construção serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento equivalente, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada.

10.2. No recebimento provisório, será realizada conferência preliminar quanto à quantidade, integridade física e condições de transporte dos materiais.

10.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive no ato do recebimento provisório, quando:



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- a) Estiverem em desacordo com as especificações técnicas;
- b) Apresentarem avarias, umidade, contaminação ou qualquer dano que comprometa sua utilização;
- c) Forem entregues em quantitativo divergente do solicitado;
- d) Estiverem fora do prazo de validade, quando aplicável.

10.4. Na hipótese de rejeição, a Contratada deverá realizar a substituição dos materiais no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, contados da notificação, sem ônus para a Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

10.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação detalhada da qualidade, especificações e quantitativos dos materiais, mediante atesto do fiscal do contrato.

10.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de análise técnica mais detalhada ou realização de diligências.

10.7. No caso de controvérsia quanto à quantidade, qualidade ou especificações dos materiais fornecidos, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitido o pagamento da parcela incontroversa.

10.8. O prazo para correção de inconsistências ou substituição de materiais não será computado para fins de recebimento definitivo.

10.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada quanto à qualidade, durabilidade e adequação dos materiais fornecidos.

## **Liquidação**

10.10. Recebida a Nota Fiscal, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período mediante justificativa.

10.11. Para fins de liquidação, será verificado se a Nota Fiscal contém:

- a) Identificação da Contratada;
- b) Dados do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- c) Descrição detalhada dos materiais fornecidos;
- d) Quantitativos, valores unitários e totais;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

e) Indicação de eventuais retenções tributárias.

10.12. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação, o prazo será suspenso até a regularização pela Contratada, sem ônus para a Administração.

10.13. A regularidade fiscal e trabalhista da Contratada será verificada por meio do SICAF ou documentação equivalente, conforme legislação vigente.

10.14. Constatada irregularidade, a Contratada será notificada para regularização no prazo legal, sem prejuízo da continuidade do fornecimento, quando for o caso.

## **Prazo de pagamento**

10.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa.

10.16. Em caso de atraso no pagamento, os valores devidos serão atualizados monetariamente com base no IPCA, desde a data final do prazo até o efetivo pagamento.

## **Forma de pagamento**

10.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta indicada pela Contratada.

10.18. Será considerada como data do pagamento a emissão da ordem bancária.

10.19. Serão realizadas as retenções tributárias conforme a legislação vigente.

10.20. No caso de optante pelo Simples Nacional, o pagamento ficará condicionado à comprovação dessa condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

## **Cessão de crédito**

10.21. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios, nos termos da legislação vigente.

10.22. A eficácia da cessão perante a Administração dependerá de formalização por meio de termo aditivo ao contrato.

10.23. A cessão não exime a Contratada do cumprimento integral das obrigações contratuais, permanecendo responsável pela execução do objeto.

10.24. Os pagamentos à cessionária observarão as mesmas condições estabelecidas no contrato, inclusive quanto a eventuais glosas, sanções e retenções.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## 11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### 11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### 11.2. Forma de fornecimento

11.2.1 O fornecimento do objeto será parcelado.

### 11.3. Exigências de habilitação

11.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 11.4. Habilitação jurídica

**11.4.1 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.4.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.4.3. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**11.4.4. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**11.4.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.4.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 11.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

**11.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;**

**11.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da legislação vigente.

## **11.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

**11.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**11.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **11.6. Qualificação Econômico-Financeira**

11.6.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)); dentro do prazo de validade constante no documento ou, na ausência deste, emitida há no máximo 90 (noventa) dias.

11.6.3. **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

11.6.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.6.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.6.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, capital social mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

11.6.6.1. Para fins do disposto no item 11.6.6, o valor do capital social mínimo exigido será calculado de forma proporcional ao valor adjudicado ao licitante, considerando-se o(s) grupo(s) em que se sagrar vencedor, e não o valor global estimado da contratação.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

11.6.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.6.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional devidamente habilitado.

## 11.7. Qualificação Técnica

11.7.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o grupo pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

11.7.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento anterior de bens de natureza semelhante, não sendo exigido quantitativo mínimo, de forma a garantir a ampla competitividade do certame

## 12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.185.823,17 (dois milhões, cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e vinte e três reais e dezessete centavos).

## 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Cocos-Ba, 29 de maio de 2026.

**Antônio Marcos Sampaio Moura da Trindade**  
**Secretário Municipal de Infraestrutura**  
**Matrícula: 119246**

**Lucas Santos Alves**  
**Responsável pelo Planejamento**  
**Matrícula: 119247**



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços de manutenção, conservação, recuperação e revitalização dos prédios públicos, equipamentos urbanos e demais estruturas pertencentes ao Município de Cocos–BA, considerando a necessidade permanente de preservação das condições adequadas de uso, segurança, funcionalidade e conservação do patrimônio público municipal.

Os materiais pretendidos compreendem itens destinados à execução de serviços de pintura, acabamento, recuperação de superfícies, manutenção de esquadrias metálicas e de madeira, substituição de portas, janelas, vidros, ferragens, impermeabilização e demais serviços correlatos de manutenção predial preventiva e corretiva.

A necessidade foi identificada a partir de levantamento realizado pelos setores competentes da Administração Municipal, considerando:

- o histórico de consumo dos materiais;
- a frequência das intervenções de manutenção;
- o desgaste natural das estruturas públicas;
- a exposição dos imóveis às condições climáticas;
- a elevada utilização das unidades públicas municipais;
- a necessidade contínua de conservação do patrimônio público.

A contratação mostra-se indispensável para garantir a adequada manutenção das unidades vinculadas às diversas Secretarias Municipais, incluindo escolas, creches, unidades de saúde, prédios administrativos, praças, quadras esportivas, equipamentos comunitários e demais estruturas públicas municipais.

Verifica-se que a ausência dos materiais poderá comprometer diretamente:

- a conservação das estruturas públicas;
- a segurança dos usuários;
- as condições adequadas de funcionamento das unidades;
- a continuidade dos serviços públicos;
- a eficiência administrativa.

Além disso, a contratação é necessária em razão de o Município não dispor de meios próprios suficientes para fabricação, fornecimento ou reposição dos materiais necessários às demandas contínuas de manutenção predial e recuperação das estruturas públicas.

Destaca-se ainda que as demandas possuem natureza contínua, variável e recorrente, sendo inviável a definição precisa do consumo individualizado ao longo do exercício, circunstância que justifica a adoção do Sistema de Registro de Preços, permitindo aquisições parceladas conforme a necessidade efetiva da Administração.



# MUNICÍPIO DE COCOS

A contratação pretendida encontra-se alinhada:

- ao planejamento administrativo municipal;
- às necessidades operacionais das Secretarias;
- às diretrizes de conservação do patrimônio público;
- aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público.

Os bens a serem adquiridos caracterizam-se como bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, sendo amplamente disponíveis no mercado e fornecidos por diversos fabricantes e fornecedores.

As especificações técnicas dos materiais podem ser descritas de forma clara, objetiva e padronizada, permitindo comparação objetiva entre propostas, observância das normas técnicas aplicáveis, especialmente da ABNT, e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, verifica-se que a contratação é necessária para assegurar a adequada manutenção do patrimônio público municipal, garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais e preservar o interesse público.

## 2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento da necessidade identificada, a contratação destinada ao fornecimento de materiais de pintura, acabamento, esquadrias, vidraçaria, ferragens, impermeabilização e materiais correlatos deverá observar requisitos mínimos de natureza técnica, operacional, legal e de sustentabilidade, conforme descrito a seguir:

### a) Requisitos técnicos dos materiais

Os materiais a serem fornecidos deverão apresentar qualidade compatível com sua finalidade, sendo novos, de primeiro uso e sem defeitos de fabricação, avarias, deformações, corrosões ou qualquer irregularidade que comprometa sua utilização.

Os produtos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas pela Administração, bem como às normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente quanto à resistência, durabilidade, acabamento, segurança e desempenho dos materiais.

As esquadrias metálicas, portas, janelas, ferragens, vidros e materiais de acabamento deverão possuir padrão de qualidade compatível com utilização em prédios públicos e estruturas sujeitas a uso contínuo e exposição às condições climáticas.

### b) Padronização e conformidade

Os materiais deverão observar padronização mínima de fabricação, acabamento e desempenho, evitando divergências que comprometam a uniformidade das estruturas públicas ou a execução dos serviços de manutenção.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

Quando aplicável, os produtos deverão apresentar:

- certificações de qualidade;
- selos de conformidade;
- identificação de fabricante;
- informações técnicas;
- comprovação de atendimento às normas vigentes.

## **c) Requisitos de fornecimento e logística**

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Administração Municipal, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pelo setor competente.

A contratada deverá:

- realizar a entrega nos locais indicados pela Administração;
- responsabilizar-se pelo transporte, carga e descarga;
- garantir a integridade dos materiais até o recebimento definitivo;
- observar os prazos estabelecidos no Termo de Referência.

As entregas poderão ocorrer em:

- escolas;
- unidades de saúde;
- prédios administrativos;
- praças;
- quadras esportivas;
- equipamentos públicos;
- demais unidades vinculadas ao Município de Cocos–BA.

## **d) Prazo de entrega**

Os materiais deverão ser entregues em prazo compatível com as necessidades da Administração, conforme estabelecido no Termo de Referência e na Ordem de Fornecimento, de forma a não comprometer:

- a continuidade dos serviços públicos;
- as atividades de manutenção predial;
- os serviços de recuperação e conservação das estruturas públicas.

## **e) Requisitos de armazenamento, conservação e validade**

Os materiais deverão ser acondicionados e transportados adequadamente, preservando:

- integridade física;
- qualidade;
- desempenho;
- características técnicas.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

Quando aplicável, deverão observar:

- prazo de validade;
- recomendações de armazenamento;
- condições adequadas de conservação.

Materiais danificados, deteriorados, oxidados, vencidos ou em desacordo com as especificações deverão ser substituídos pela contratada, sem qualquer ônus para a Administração.

## **f) Requisitos de qualificação da contratada**

A empresa contratada deverá demonstrar capacidade operacional para fornecimento dos materiais pretendidos, mediante apresentação da documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigida no procedimento licitatório.

Quando necessário, poderá ser exigida comprovação de aptidão técnica compatível com o objeto contratado.

## **g) Sustentabilidade**

Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais que atendam critérios de sustentabilidade, tais como:

- menor impacto ambiental;
- procedência regular dos insumos;
- utilização de materiais produzidos em conformidade com a legislação ambiental;
- durabilidade e eficiência dos produtos;
- redução de desperdícios.

A contratada deverá observar as normas ambientais aplicáveis durante o transporte, armazenamento e fornecimento dos materiais.

## **h) Garantia e substituição**

Os materiais fornecidos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, comprometendo-se a contratada a substituir, sem custos adicionais para a Administração, quaisquer produtos que apresentem:

- vícios;
- defeitos;
- avarias;
- desconformidade com as especificações;
- problemas de qualidade ou desempenho.

## **i) Fiscalização e controle**

A execução contratual ficará sujeita ao acompanhamento e fiscalização da Administração Municipal, que poderá:



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- recusar materiais em desacordo com as especificações;
- solicitar substituições;
- registrar ocorrências;
- aplicar sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O recebimento dos materiais ocorrerá mediante conferência quantitativa e qualitativa, observando as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais instrumentos da contratação.

### 3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

No levantamento de mercado realizado, foram identificadas as seguintes soluções possíveis para atender à necessidade de fornecimento de materiais de pintura, acabamento, impermeabilização, ferragens, esquadrias, vidraçaria e materiais correlatos destinados à manutenção, conservação, recuperação e adequação dos prédios públicos e logradouros do Município de Cocos–BA.

#### **Soluções identificadas**

##### **a) Solução 01 – Adesão a atas de registro de preços de outros entes públicos**

a.1. Possibilita o aproveitamento de licitações já realizadas por outros órgãos públicos, com preços previamente registrados. Embora proporcione maior celeridade administrativa, essa alternativa pode não contemplar integralmente as especificações técnicas, padrões de acabamento, quantitativos e diversidade dos materiais demandados pelo Município, especialmente diante das particularidades dos serviços de manutenção predial, pintura, esquadrias e vidraçaria executados pela Administração Municipal. Além disso, pode limitar a competitividade entre fornecedores locais e regionais.

##### **b) Solução 02 – Aquisição por dispensa de licitação, nos limites legais**

b.1. Admissível apenas para contratações de pequeno valor ou hipóteses excepcionais previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021. Todavia, essa alternativa não se mostra adequada para atendimento da demanda contínua e abrangente dos materiais pretendidos, sob pena de comprometimento do planejamento administrativo e eventual caracterização de fracionamento indevido da despesa.

##### **c) Solução 03 – Procedimento licitatório próprio para registro de preços**

c.1. Permite ao Município realizar ampla pesquisa de mercado, assegurar competitividade entre fornecedores e registrar preços para fornecimento parcelado ao longo da vigência contratual. Essa solução possibilita o atendimento contínuo das demandas de manutenção predial, recuperação de estruturas públicas, serviços de pintura, acabamento, instalação de esquadrias, vidros e demais intervenções executadas pela Administração, garantindo maior controle de custos, padronização dos materiais e eficiência na gestão dos insumos utilizados pelos diversos órgãos municipais.

##### **d) Solução 04 – Procedimento licitatório para contratação por fornecimento integral (sem registro de preços)**

d.1. Consiste na aquisição integral de quantitativos previamente definidos em contrato único. Embora possibilite previsibilidade orçamentária, mostra-se menos adequada diante da natureza variável e contínua da demanda por materiais de manutenção e acabamento, podendo ocasionar excesso de estoque, deterioração de materiais ou insuficiência futura de insumos.

##### **e) Solução 05 – Aquisições isoladas por demanda específica**

e.1. Consiste na realização de compras pontuais conforme necessidade imediata de cada secretaria ou setor. Essa alternativa apresenta menor eficiência administrativa, dificuldade de padronização dos materiais, perda de ganho de escala, aumento dos custos operacionais e maior risco de obtenção de



# MUNICÍPIO DE COCOS

preços menos vantajosos para a Administração.

## **f) Solução 06 – Contratação integrada com fornecimento vinculado a contratos de obras e serviços de engenharia**

f.1. Consiste na inclusão dos materiais diretamente nos contratos de execução de obras e serviços de engenharia. Embora adequada para obras específicas, essa alternativa não atende satisfatoriamente às demandas contínuas de manutenção predial, pequenos reparos, serviços emergenciais e intervenções rotineiras executadas diretamente pela Administração Municipal, além de reduzir o controle individualizado dos insumos.

## **g) Solução 07 – Centralização de compras via consórcio público**

g.1. Possibilita eventual ganho de escala e redução de preços mediante compras compartilhadas entre entes públicos. Entretanto, essa alternativa pode apresentar limitações relacionadas à autonomia administrativa do Município, prazos de adesão, logística de fornecimento e adequação às especificidades técnicas e operacionais locais.

## **Análise comparativa e escolha da solução**

Após análise das alternativas identificadas, verifica-se que a Solução 03 – Procedimento licitatório próprio para registro de preços mostra-se a mais vantajosa para o Município de Cocos–BA, uma vez que:

- assegura maior economicidade por meio da ampla competitividade entre fornecedores;
- permite fornecimento parcelado conforme a demanda efetiva da Administração;
- evita formação de estoques excessivos ou insuficientes;
- garante maior padronização e qualidade dos materiais;
- reduz riscos de desabastecimento;
- proporciona maior controle e planejamento administrativo;
- possibilita atendimento simultâneo das demandas das diversas secretarias municipais;
- oferece maior flexibilidade contratual;
- mostra-se compatível com a natureza contínua e variável dos serviços de manutenção e conservação predial executados pelo Município.

## **Conclusão**

Dessa forma, conclui-se que a contratação por meio de procedimento licitatório próprio, preferencialmente utilizando o Sistema de Registro de Preços – SRP, mostra-se a alternativa tecnicamente mais adequada, economicamente vantajosa e juridicamente segura para atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal.

A adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se especialmente apropriada diante da impossibilidade de previsão exata do consumo dos materiais ao longo da vigência contratual, permitindo aquisições parceladas conforme a necessidade efetiva da Administração, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

A pesquisa de mercado completa e os demais elementos que subsidiaram a presente análise seguem anexos a este Estudo Técnico Preliminar.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS - BA

Responsável: ROSILENE NEVES DOS SANTOS MOURA

Departamento: DEPARTAMENTO DE COMPRAS



## Relatório de Cotação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PINTURA E ACABAMENTOS

Pesquisa realizada entre 06/04/2026 09:02:34 e 15/04/2026 15:17:17

Relatório gerado no dia 13/05/2026 15:49:16 (IP: 128.201.36.69)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

**Método Matemático Aplicado:** Mediana dos preços obtidos - Preço calculado com base na mediana de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item. Sendo a mediana o elemento central dos itens, caso número de elementos seja ímpar, ou a média dos dois elementos centrais caso número de elementos seja par.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
1) Janela basculante em aço, dimensões de 80 x 60 cm, confeccionada em chapa nº 22, com requadro de 12 cm. Produto com acabamento em pintura fosfatizada, que proporciona maior proteção contra corrosão e melhor aderência para pintura final.	4	131 UND.	R\$ 325,80 (un)	-	R\$ 325,80	R\$ 42.679,80
2) Janela veneziana com grade em aço, dimensões de 1,20 x 1,00 m, confeccionada em chapa nº 22. Possui sistema de ventilação tipo veneziana, que permite a circulação de ar com maior privacidade, e grade de proteção integrada.	3	131 UND	R\$ 560,00 (un)	-	R\$ 560,00	R\$ 73.360,00
3) Janela basculante, dimensões de 40 x 40 cm, com vidro. Indicada para ventilação e iluminação de ambientes, permitindo abertura prática por sistema basculante. Estrutura resistente, adequada para uso em áreas internas e externas.	4	20 UND	R\$ 80,00 (un)	-	R\$ 80,00	R\$ 1.600,00
4) Janela basculante, dimensões de 40 x 60 cm, com vidro. Indicada para ventilação e iluminação de ambientes, permitindo abertura prática por	3	20 UND	R\$ 98,00 (un)	-	R\$ 98,00	R\$ 1.960,00

A pesquisa completa segue anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

#### 4. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução escolhida, consistente na realização de procedimento licitatório próprio para registro de preços, com fornecimento parcelado de materiais de pintura, acabamento, impermeabilização, ferragens, esquadrias, vidraçaria e materiais correlatos, mostra-se a mais adequada para atendimento das necessidades da Administração Municipal, conforme demonstrado no levantamento de mercado realizado.

A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP permite maior flexibilidade na gestão da contratação, possibilitando a aquisição dos materiais conforme a demanda efetiva das secretarias



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

municipais, especialmente considerando a natureza contínua, variável e imprevisível das necessidades relacionadas à manutenção predial, conservação, recuperação e adequação das estruturas públicas municipais.

Sob o aspecto técnico, a solução assegura a padronização dos materiais, garantindo que os produtos atendam às especificações técnicas exigidas pela Administração e às normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, contribuindo para a qualidade, segurança, durabilidade e eficiência das intervenções realizadas nos prédios públicos e logradouros municipais.

Do ponto de vista econômico, a realização de procedimento licitatório próprio amplia a competitividade entre fornecedores, favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

Além disso, o fornecimento parcelado evita a formação de estoques excessivos, reduz riscos de perdas por deterioração ou obsolescência dos materiais e otimiza a utilização dos recursos públicos, ao mesmo tempo em que minimiza o risco de desabastecimento, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais desempenhadas pelas diversas secretarias municipais.

A solução também se mostra mais eficiente sob o aspecto da gestão contratual, uma vez que permite melhor controle do consumo dos materiais, rastreabilidade das aquisições, planejamento das reposições e adequação das contratações às disponibilidades orçamentárias existentes durante a vigência da ata de registro de preços.

Ressalta-se, ainda, que a adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta-se especialmente adequada diante da impossibilidade de definição precisa do quantitativo efetivamente demandado ao longo do exercício, considerando a natureza dinâmica das demandas de manutenção predial, pequenos reparos, substituição de estruturas danificadas, recuperação de esquadrias, serviços de pintura e demais intervenções executadas diretamente pela Administração Municipal.

Adicionalmente, a solução escolhida afasta práticas inadequadas, como o fracionamento indevido da despesa e a utilização recorrente de contratações diretas fora das hipóteses legalmente previstas, conferindo maior segurança jurídica ao processo e alinhamento às boas práticas de planejamento das contratações públicas.

Dessa forma, conclui-se que a solução adotada atende de forma plena aos requisitos técnicos, operacionais, econômicos e legais da Administração Pública Municipal, mostrando-se a alternativa mais adequada para assegurar a continuidade, eficiência, economicidade e qualidade dos serviços públicos prestados pelo Município de Cocos–BA.

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa das quantidades dos materiais de pintura, acabamento, impermeabilização, ferragens, esquadrias, vidraçaria e materiais correlatos a serem contratados foi elaborada com base em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, unidade responsável pela execução, coordenação e acompanhamento dos serviços de manutenção predial, conservação, recuperação, adequação e pequenas intervenções de engenharia no âmbito da Administração Pública Municipal.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

Ressalta-se que, embora os materiais atendam às demandas de diversas secretarias municipais, a centralização das solicitações na Secretaria Municipal de Infraestrutura decorre da própria natureza dos serviços executados, considerando que compete a esse órgão o gerenciamento operacional das intervenções físicas realizadas nos prédios públicos, equipamentos comunitários, espaços urbanos e demais estruturas sob responsabilidade do Município.

Para definição dos quantitativos estimados, foram considerados:

- o histórico de consumo de exercícios anteriores;
- as demandas recorrentes de manutenção corretiva e preventiva;
- as necessidades previstas de intervenções futuras;
- a quantidade de prédios públicos e logradouros municipais atendidos;
- as características operacionais das unidades administrativas;
- a execução contínua de serviços de conservação e recuperação de estruturas públicas;
- a necessidade de atendimento de situações emergenciais e imprevisíveis.

A estimativa também levou em consideração a distribuição das demandas entre as diversas secretarias municipais, abrangendo unidades escolares, unidades de saúde, equipamentos administrativos, praças, quadras esportivas, prédios institucionais e demais estruturas públicas municipais.

Destaca-se que, em razão da natureza dos materiais pretendidos, o consumo apresenta variações ao longo do tempo, especialmente em função de:

- situações emergenciais;
- danos estruturais imprevisíveis;
- desgaste natural das edificações;
- ações corretivas decorrentes de fatores climáticos;
- necessidade contínua de manutenção e conservação dos bens públicos.

Dessa forma, os quantitativos foram definidos com base em critérios técnicos, médias históricas de consumo e margens de segurança compatíveis com a realidade operacional do Município, de modo a evitar tanto o desabastecimento quanto a formação de estoques excessivos.

A memória de cálculo detalhada, contendo:

- os critérios utilizados;
- as premissas adotadas;
- os parâmetros técnicos considerados;
- a distribuição das demandas por secretaria;
- a consolidação dos quantitativos estimados por item;

encontra-se formalizada em documento complementar integrante do presente Estudo Técnico Preliminar, assegurando transparência, rastreabilidade e fundamentação técnica às quantidades previstas.

Ressalta-se, ainda, que os quantitativos estimados não configuram obrigação de contratação integral por parte da Administração, tratando-se de mera expectativa de consumo, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

Diante do exposto, conclui-se que as quantidades estimadas mostram-se compatíveis com a necessidade administrativa identificada, estando devidamente justificadas com base em critérios técnicos, históricos e operacionais, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e eficiência administrativa.

As quantidades estimadas dos materiais encontram-se discriminadas na planilha de quantitativos anexa ao presente processo, consolidada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura a partir das demandas institucionais das diversas secretarias municipais, no âmbito das atividades de manutenção predial, conservação, recuperação e execução de serviços de engenharia.

Item	Descrição	Unid	Quant
1	Janela basculante em aço, dimensões de 80 x 60 cm, confeccionada em chapa nº 22, com requadro de 12 cm. Produto com acabamento em pintura fosfatizada, que proporciona maior proteção contra corrosão e melhor aderência para pintura final.	UND.	131
2	Janela veneziana com grade em aço, dimensões de 1,20 x 1,00 m, confeccionada em chapa nº 22. Possui sistema de ventilação tipo veneziana, que permite a circulação de ar com maior privacidade, e grade de proteção integrada.	UND	131
3	Janela basculante, dimensões de 40 x 40 cm, com vidro. Indicada para ventilação e iluminação de ambientes, permitindo abertura prática por sistema basculante. Estrutura resistente, adequada para uso em áreas internas e externas.	UND	20
4	Janela basculante, dimensões de 40 x 60 cm, com vidro. Indicada para ventilação e iluminação de ambientes, permitindo abertura prática por sistema basculante. Estrutura resistente, adequada para uso em áreas internas e externas.	UND	20
5	Janela veneziana com grade em aço, dimensões de 1,50 x 1,00 m, confeccionada em chapa nº 22, com requadro de 12 cm. Possui sistema de ventilação tipo veneziana, que permite a circulação de ar com maior privacidade, e grade de proteção integrada	UND	131
6	Janela veneziana com grade em aço, dimensões de 1,00 x 1,00 m, confeccionada em chapa nº 22, com requadro de 12 cm. Possui sistema de ventilação tipo veneziana, que permite a circulação de ar com maior privacidade, e grade de proteção integrada.	UND	131
7	Porta de madeira, folha media (nbr 15930) de 80 x 210 cm, e = 35 mm, núcleo sarrafeado, capa frisada em hdf	UND	80
8	Porta de madeira, folha média (nbr 15930) de 70 x 210 cm, e = 35 mm, núcleo sarrafeado, capa frisada em hdf	UND	80
9	Porta laminada em aço, dimensões de 0,60 x 2,10 m, confeccionada em chapa nº 28, com requadro de 12 cm. Produto com acabamento em pintura fosfatizada, que proporciona maior resistência à corrosão e melhor aderência para pintura final.	UND	67
10	Porta metálica laminada, medindo 0,70 x 2,10 m, confeccionada em chapa de aço nº 28, com requadro de 12 cm. Possui acabamento em pintura fosfatizada, garantindo maior proteção contra corrosão e durabilidade.	UND	67
11	Porta metálica laminada, medindo 0,80 x 2,10 m, confeccionada em chapa de aço nº 28, com requadro de 12 cm. Possui acabamento em pintura fosfatizada, que proporciona maior proteção contra corrosão e durabilidade.	UND	67
12	Lixa d'água grão nº 180, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento fino e acabamento de superfícies metálicas, madeira e pintura.	UND	300
13	Lixa d'água grão nº 80, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento médio e remoção de imperfeições em superfícies metálicas, madeira e pintura.	UND	300
14	Lixa para parede grão nº 80, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento de reboco, massa corrida e superfícies de alvenaria, auxiliando na remoção de imperfeições.	UND	300



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

15	Lixa para parede grão nº 100, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento e acabamento de reboco, massa corrida e superfícies de alvenaria	UND	500
16	Lixa para parede grão nº 120, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento e acabamento de reboco, massa corrida e superfícies de alvenaria	UND	500
17	Lixa para parede grão nº 150, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento e acabamento de reboco, massa corrida e superfícies de alvenaria	UND	500
18	Lixa para parede grão nº 180, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento e acabamento de reboco, massa corrida e superfícies de alvenaria	UND	500
19	Lixa para parede grão nº 220, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento e acabamento de reboco, massa corrida e superfícies de alvenaria	UND	500
20	Lixa para ferro grão nº 36, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento grosso, remoção de ferrugem, tinta e imperfeições em superfícies metálicas.	UND	500
21	Lixa para ferro grão nº 80, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento grosso, remoção de ferrugem, tinta e imperfeições em superfícies metálicas.	UND	300
22	Lixa para ferro grão nº 100, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento médio e acabamento em superfícies metálicas, auxiliando na remoção de imperfeições.	UND	300
23	Lixa para ferro grão nº 120, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento fino e acabamento em superfícies metálicas, proporcionando melhor nivelamento e preparação para pintura.	UND	400
24	Lixa para ferro grão nº 150, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento fino e acabamento em superfícies metálicas, proporcionando melhor preparação para pintura.	UND	400
25	Lixa para ferro grão nº 220, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento extra fino e acabamento final em superfícies metálicas, proporcionando melhor preparação para pintura.	UND	300
26	Lixa para madeira grão nº 36, em folha com dimensões mínimas de 22,5 cm x 27,5 cm, indicada para lixamento grosso, remoção de imperfeições e desbaste inicial em superfícies de madeira.	UND	151
27	Palha de aço tipo grossa nº 01, indicada para limpeza pesada, remoção de sujeiras difíceis e resíduos em superfícies diversas.	PCTS	67
28	Palha de aço tipo grossa nº 02, indicada para limpeza pesada, remoção de sujeiras difíceis, ferrugem e resíduos em superfícies metálicas e utensílios.	PCTS	67
29	Fita manta autoadesiva, com largura mínima de 15 cm e comprimento de 10 metros, indicada para vedação, impermeabilização e reparos em telhados, calhas, rufos e superfícies diversas.	Rolos	500
30	Fita manta autoadesiva, com largura mínima de 20 cm e comprimento de 10 metros, indicada para vedação, impermeabilização e reparos em telhados, calhas, rufos e superfícies diversas.	Rolos	600
31	Fita manta autoadesiva, com largura mínima de 30 cm e comprimento de 10 metros, indicada para vedação, impermeabilização e reparos em telhados, calhas, rufos e superfícies diversas.	Rolos	550
32	Abraçadeira metálica em aço, indicada para fixação e união de cordoalhas e cabos de aço de 3/8". Proporciona alta resistência, firmeza e segurança na montagem	UND	131
33	Arruela metálica para parafuso de 3/8", utilizada para distribuição de carga e proteção da superfície de fixação. Indicada para aplicações em madeira e metal	UND	1040
34	Arruela metálica para parafuso de 5/8", utilizada para distribuição de carga e proteção da superfície de fixação. Indicada para aplicações em madeira e metal	UND	1040





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

35	Arruela metálica para parafuso de 1/2", utilizada para distribuição de carga e proteção da superfície de fixação. Indicada para aplicações em madeira e metal	UND	1040
36	Broca helicoidal em aço, com comprimento aproximado de 30 cm e diâmetro de 1/2", indicada para perfuração de madeira, especialmente mourões e peças de maior espessura.	UND	40
37	Bucha plástica nº 10 com anel metálico, indicada para fixação em alvenaria e concreto. Proporciona melhor acabamento e firme ancoragem, sendo ideal para instalação de suportes e objetos em geral.	UND	1040
38	Bucha plástica nº 08 com anel metálico, indicada para fixação em alvenaria e concreto. Proporciona melhor acabamento e firme ancoragem, sendo ideal para instalação de suportes e objetos em geral.	UND	1040
39	Bucha plástica tipo S10 acompanhada de parafuso, indicada para fixação em alvenaria e concreto. Proporciona alta resistência e firme ancoragem, sendo ideal para instalação de suportes, prateleiras e objetos de maior peso.	UND	780
40	Bucha plástica tipo S6 acompanhada de parafuso, indicada para fixação em alvenaria e concreto. Proporciona firme ancoragem, sendo adequada para instalação de suportes, prateleiras e objetos em geral.	UND	780
41	Bucha plástica tipo S8 acompanhada de parafuso, indicada para fixação em alvenaria e concreto. Proporciona firme ancoragem, sendo adequada para instalação de suportes, prateleiras e objetos em geral.	UND	1040
42	Gancho metálico acompanhado de bucha plástica nº 08, indicado para fixação em paredes de alvenaria e concreto. Ideal para sustentação de objetos leves, proporcionando boa fixação e segurança.	UND	391
43	Esticador tipo parafuso, em aço, com rosca 3/8" e comprimento aproximado de 30 cm, indicado para tensionamento e ajuste de cordoalhas, cabos de aço e arames. Proporciona regulagem precisa, alta resistência mecânica e segurança na fixação.	UND	391
44	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 1/2" de diâmetro por 3" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196
45	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 1/2" de diâmetro por 5" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196
46	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 1/2" de diâmetro por 6" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196
47	Parafuso francês com porca, dimensão 1/2" x 8", fabricado em aço de alta resistência. Possui cabeça abaulada com pescoço quadrado, que impede o giro durante a fixação, garantindo maior firmeza e segurança na montagem.	UND	196
48	Parafuso francês com porca, dimensão 1/4" x 1", fabricado em aço de alta resistência. Possui cabeça abaulada com pescoço quadrado, que evita o giro durante a fixação, proporcionando maior firmeza e segurança na montagem.	UND	196
49	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 1/4" de diâmetro por 2" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações leves em madeira e estruturas metálicas	UND	196
50	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 1/4" de diâmetro por 3" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações leves em madeira e estruturas metálicas	UND	196
51	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 1/4" de diâmetro por 4" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações leves em madeira e estruturas metálicas	UND	196
52	Parafuso francês 1/4" x 5", em aço zincado, cabeça redonda lisa com pescoço quadrado, acompanhado de porca sextavada, indicado para fixações em madeira e estruturas metálicas leves.	UND	196



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

53	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 3/8" de diâmetro por 6" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal"	UND	260
54	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 3/8" de diâmetro por 7" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	260
55	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 3/8" de diâmetro por 8" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196
56	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 3/8" de diâmetro por 9" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196
57	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 5/16" de diâmetro por 1" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações leves em madeira e estruturas metálicas	UND	131
58	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 5/16" de diâmetro por 2" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	131
59	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 5/16" de diâmetro por 3" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	131
60	Parafuso tipo francês, em aço, com cabeça abaulada e rosca parcial, medindo 5/16" de diâmetro por 7" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196
61	Parafuso tipo francês (cabeça abaulada), em aço, com rosca parcial, medindo 5/16" de diâmetro por 8" de comprimento, acompanhado de porca compatível. Indicado para fixações estruturais em madeira e metal	UND	196
62	Parafuso de aço, tamanho nº 08, indicado para fixação de vaso sanitário ao piso, garantindo firmeza e segurança na instalação. Possui resistência à corrosão, podendo ser zincado ou inox.	UND	196
63	Parafuso de aço, tamanho nº 10, indicado para fixação de vaso sanitário ao piso, proporcionando firmeza e segurança na instalação. Produto resistente à corrosão, podendo ser zincado ou inox, conforme especificação.	UND	196
64	Prego de aço com cabeça chata e corpo liso, medindo aproximadamente 15 mm de bitola por 15 mm de comprimento. Indicado para fixações leves em madeira, com boa resistência e durabilidade.	Quilogramas	60
65	Prego de aço com cabeça chata e corpo liso, medindo aproximadamente 17 mm de bitola por 21 mm de comprimento. Indicado para fixação em madeira em serviços leves de construção e marcenaria	Quilogramas	60
66	Prego de aço com cabeça chata e corpo liso, medindo aproximadamente 17 mm de bitola por 27 mm de comprimento. Indicado para fixação em madeira em serviços leves de construção e marcenaria, com boa resistência e durabilidade.	Quilogramas	60
67	Prego de aço com cabeça chata e corpo liso, medindo aproximadamente 18 mm de bitola por 30 mm de comprimento. Indicado para fixação em madeira em serviços leves de construção e marcenaria, com boa resistência e durabilidade.	Quilogramas	60
68	Prego de aço com cabeça chata e corpo liso, medindo aproximadamente 19 mm de bitola por 36 mm de comprimento. Indicado para fixação em madeira em serviços de construção e marcenaria, oferecendo boa resistência e durabilidade.	Quilogramas	60
69	Prego comum de aço, com cabeça chata e corpo liso, medindo aproximadamente 19 mm de diâmetro (bitola) por 39 mm de comprimento, indicado para uso geral em construções, marcenaria e serviços de fixação em madeira.	Quilogramas	60
70	Rebite cego (tipo pop), dimensão nº 4,0 x 16 mm, acondicionado em caixa contendo 100 unidades. Fabricado em material resistente, indicado para fixação permanente de chapas metálicas, plásticos e outros materiais.	Caixas	40





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

71	Rebite cego (tipo pop), dimensão nº 4,0 x 19 mm, acondicionado em caixa contendo 100 unidades. Fabricado em material resistente, indicado para fixação permanente de chapas metálicas, plásticos e outros materiais.	Caixas	40
72	Rebite cego (tipo pop), dimensão nº 4,8 x 30 mm, acondicionado em caixa contendo 100 unidades. Fabricado em material resistente, indicado para fixação permanente de chapas metálicas, plásticos e outros materiais.	Caixas	40
73	Chuveiro frio, de pequeno porte, confeccionado em material plástico resistente, acompanhado de braço em plástico com comprimento de 40 cm, conexão com bitola de 1/2 polegada	UND	80
74	Chuveiro elétrico para água quente, com três níveis de temperatura, tensão de 220 volts, confeccionado em material plástico resistente. Acompanha braço em alumínio com comprimento de 40 cm, conexão com bitola de 1/2 polegada.	UND	151
75	Conjunto completo para banheiro em porcelana sanitária de alta qualidade, composto por vaso sanitário com caixa acoplada e lavatório com coluna. Acabamento na cor branca, com design funcional e resistente, indicado para uso residencial ou institucional.	UND	80
76	Conjunto kit para banheiro, composto por porta papel toalha interfolhado, porta papel higiênico e dispenser para sabonete líquido com sistema de trava para fechamento. Confeccionados em material acrílico de alta resistência, na cor branca.	UND	51
77	Conj. Kit universal para vaso sanitário acoplado, com dois botões de acionamento (meia descarga e descarga completa)	UND	27
78	Pia em fibra sintética de alta resistência, contendo uma cuba, com dimensões aproximadas de 1,20 m de comprimento por 0,54 m de largura	UND	27
79	Pia em aço inoxidável de alta qualidade, contendo duas cubas, com dimensões aproximadas de 1,20 m de comprimento por 0,54 m de largura. Produto resistente à corrosão, durável e de fácil higienização, indicado para uso em cozinhas residenciais	UND	31
80	Pia em aço inoxidável de alta qualidade, contendo duas cubas, com dimensões aproximadas de 1,50 m de comprimento por 0,54 m de largura. Produto resistente à corrosão, com excelente durabilidade e acabamento, indicado para uso em cozinhas residenciais	UND	38
81	Pia em aço inoxidável de alta qualidade, contendo duas cubas, com dimensões aproximadas de 1,80 m de comprimento por 0,54 m de largura. Produto resistente à corrosão, com excelente durabilidade e acabamento, indicado para uso em cozinhas residenciais	UND	35
82	Tanque em fibra sintética de alta resistência, com dimensões aproximadas de 1,20 m de comprimento por 0,60 m de largura, contendo dois lavatórios. Produto leve, durável e resistente à umidade, indicado para uso em áreas de serviço residenciais	UND	51
83	Tanque em fibra sintética de alta resistência, com dimensões aproximadas de 1,60 m de comprimento por 0,50 m de largura, contendo três lavatórios. Produto leve, durável e resistente à umidade, indicado para uso em áreas de serviço residenciais	UND	51
84	Pigmento mineral em pó tipo xadrez, acondicionado em embalagem de 250 gramas, disponível em diversas cores. Indicado para tingimento e coloração de materiais à base de cimento, como argamassas, concretos, rejantes e tintas, proporcionando alta fixação.	UND	100
85	Pigmento mineral em pó tipo xadrez, acondicionado em embalagem de 500 gramas, disponível em diversas cores. Indicado para tingimento e coloração de materiais à base de cimento, como argamassas, concretos, rejantes e tintas, proporcionando alta fixação.	UND	104
86	Veda calha, selante de vedação especial, em tubo, alumínio, selador mono componente à base de borracha sintética, em solventes orgânicos, com mínimo 280ml com bico aplicador.	UND	200



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

87	Corante líquido, bisnaga em tubo com 50 ml, tinta a base d'água, diversas cores, em caixa com 12 unidades.	Caixas	1000
88	Impermeabilizante para concretos e argamassas, embalagem de 1 litro, densidade: 1,05 g/cm <sup>3</sup> ; aparência emulsão pastosa, cor branca; composição básica: sais metálicos e silicatos.	UND	51
89	Piche líquido, tinta betuminosa à base de alcatrão de hulha, acondicionado em lata de 18 litros. Produto com densidade aproximada de 1,18 g/cm <sup>3</sup> , de aspecto líquido e cor preta.	Latas	15
90	Revestimento impermeabilizante contra infiltrações; componentes básicos: A - densidade: 1,23 g/cm <sup>3</sup> e B - densidade: 1,03 g/cm <sup>3</sup> ; em lata contendo 3.600 ml.	UND	15
91	Selador acrílico para paredes, acondicionado em lata contendo 3,6 litros. Indicado para selagem de superfícies internas e externas de alvenaria, como reboco, concreto, gesso e fibrocimento, proporcionando uniformização da absorção	UND	100
92	Selador acrílico para paredes, acondicionado em lata contendo 18 litros. Indicado para selagem de superfícies internas e externas de alvenaria, como reboco, concreto, gesso e fibrocimento, proporcionando uniformização da absorção	UND	300
93	Solvente orgânico tipo thinner, acondicionado em galão com 900 ml. Indicado para diluição de tintas esmalte sintético, vernizes, primers e limpeza de ferramentas e equipamentos de pintura	UND	200
94	Solvente orgânico tipo thinner, acondicionado em galão com 5 litros. Indicado para diluição de tintas esmalte sintético, vernizes, primers e para limpeza de ferramentas e equipamentos de pintura.	UND	100
95	Tinta para piso acrílica Premium, acondicionada em lata de 18 litros. Indicada para pintura e proteção de superfícies cimentadas, como pisos de concreto, quadras poliesportivas, calçadas, garagens e áreas externas.	UND	300
96	Tinta spray aerossol, acondicionada em lata com 350 ml, acabamento fosco, disponível em diversas cores. Indicada para pintura e retoques em superfícies de metal, madeira, plástico, cerâmica e alvenaria.	UND	300
97	Tinta acrílica fosca econômica antimoho, acondicionada em lata de 18 litros. Indicada para pintura de superfícies internas e externas de alvenaria, como reboco, concreto, gesso e fibrocimento.	Galões	1000
98	Tinta acrílica semi brilho, categoria standard, embalagem de 18 litros, indicada para aplicação em ambientes internos e externos, com boa cobertura, rendimento e resistência, apropriada para superfícies de alvenaria, reboco, concreto, massa corrida	Galões	500
99	Tinta esmalte sintético Premium de secagem rápida, acondicionada em galão com 900 ml. Indicada para pintura e proteção de superfícies de madeira, metal e alvenaria previamente preparadas, em ambientes internos e externos.	UND	600
100	Tinta esmalte sintético Premium de secagem rápida, acondicionada em galão com 3.600 ml. Indicada para pintura e proteção de superfícies de madeira, metal e alvenaria previamente preparadas, em ambientes internos e externos.	UND	1000
101	Massa corrida PVA, acondicionada em lata de 18 litros (aproximadamente 25 kg). Indicada para nivelamento e correção de imperfeições em superfícies internas de alvenaria, como reboco, concreto e gesso.	Latas	300
102	Massa corrida PVA, acondicionada em lata de 3.600 ml (aproximadamente 6 kg). Indicada para nivelamento e correção de imperfeições em superfícies internas de alvenaria, como reboco, concreto e gesso.	Latas	100
103	Massa acrílica, acondicionada em lata de 3.600 ml (aproximadamente 6 kg). Indicada para nivelamento e correção de imperfeições em superfícies internas e externas de alvenaria, como reboco, concreto e fibrocimento.	Latas	100
104	Massa acrílica, acondicionada em lata de 18 litros (25 kg), indicada para nivelamento e correção de superfícies internas e externas, proporcionando acabamento liso e de fácil lixamento, ideal para aplicação em alvenaria, concreto e reboco.	Latas	200



# MUNICÍPIO DE COCOS

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Estimativa preliminar de valor: R\$ 2.185.823,17 (dois milhões, cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e vinte e três reais e dezessete centavos).

## 7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Considerando os itens previstos na planilha que compõe o presente processo, verifica-se que o objeto é formado por um conjunto amplo e diversificado de materiais de pintura, acabamento, impermeabilização, ferragens, esquadrias, vidraçaria e materiais correlatos, com distintas características técnicas, aplicações e finalidades, destinados às atividades de manutenção predial, conservação, recuperação e adequação das estruturas públicas municipais.

Observa-se que a contratação do objeto de forma global, em lote único, poderia restringir a competitividade do certame, uma vez que nem todos os fornecedores do mercado possuem capacidade operacional, comercial ou logística para fornecer a totalidade dos itens previstos, especialmente diante da diversidade dos materiais contemplados no processo.

Por outro lado, a contratação de forma totalmente individualizada, item a item, poderia comprometer a economicidade e a eficiência administrativa, em razão:

- da perda de ganhos de escala;
- do aumento dos custos operacionais;
- da ampliação da complexidade administrativa;
- da maior dificuldade na gestão e fiscalização contratual;
- da multiplicidade excessiva de fornecedores.

Diante desse cenário, verifica-se que o parcelamento do objeto mostra-se a alternativa mais adequada, permitindo a divisão da contratação em grupos compostos por itens afins, conforme sua natureza, aplicação, segmento comercial ou forma de utilização, observada a estruturação adotada na planilha de quantitativos e especificações.

O agrupamento dos materiais por categorias técnicas possibilita:

- ampliar a competitividade do certame;
- viabilizar a participação de fornecedores especializados;
- aumentar o potencial de obtenção de propostas mais vantajosas;
- preservar ganhos de escala dentro de cada grupo;
- favorecer a padronização dos materiais;
- melhorar a logística de fornecimento;
- facilitar a gestão e fiscalização contratual;
- reduzir riscos operacionais durante a execução contratual.

Além disso, a divisão em grupos de materiais afins mostra-se compatível com a dinâmica operacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura, responsável pela execução das atividades de manutenção, conservação e pequenas intervenções realizadas nos prédios públicos e logradouros municipais.

Ressalta-se, ainda, que o parcelamento adotado observa as diretrizes previstas nos arts. 40, inciso V, alínea “b”, 47 e 48 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que:



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- preserva a viabilidade técnica da contratação;
- amplia a competitividade;
- promove a economicidade;
- evita restrições indevidas ao caráter competitivo;
- assegura maior eficiência administrativa.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto, mediante divisão em grupos de materiais afins, mostra-se tecnicamente adequado, economicamente vantajoso e juridicamente compatível com os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público.

## 8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

A presente contratação possui relação direta com as atividades de manutenção predial, conservação, recuperação de estruturas públicas e execução de pequenos serviços de engenharia realizados pela Administração Municipal, sendo os materiais de construção insumos indispensáveis para a execução dessas atividades.

Nesse contexto, identificam-se contratações correlatas relacionadas à prestação de serviços de engenharia, manutenção de prédios públicos, conservação de vias urbanas e rurais, manutenção de equipamentos públicos, drenagem, pavimentação e demais serviços executados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e demais secretarias municipais, os quais demandam a utilização contínua dos materiais objeto da presente contratação.

As referidas contratações possuem caráter complementar, uma vez que a adequada execução dos serviços depende diretamente da disponibilidade regular dos materiais de construção necessários às intervenções realizadas nos prédios públicos, escolas, unidades de saúde, praças, quadras, vias públicas, pontes e demais estruturas municipais.

Por outro lado, não foram identificadas contratações interdependentes que condicionem a formalização da presente contratação à celebração prévia de outros instrumentos específicos, podendo o procedimento ser realizado de forma autônoma e independente, sem prejuízo de sua execução.

Destaca-se, ainda, que a ausência de contratação dos materiais comprometeria diretamente a continuidade dos serviços públicos de manutenção e conservação executados pela Administração, podendo ocasionar paralisação de intervenções, aumento de custos operacionais e prejuízos ao adequado funcionamento das unidades públicas municipais.

Adicionalmente, a centralização do fornecimento por meio do Sistema de Registro de Preços contribui para maior padronização dos insumos utilizados nas diversas frentes de manutenção e obras públicas, promovendo melhor controle administrativo, racionalização das aquisições, eficiência logística e maior economicidade na gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação apresenta natureza correlata às contratações voltadas à execução de serviços de engenharia, manutenção predial, infraestrutura urbana e conservação de bens públicos, não havendo, contudo, dependência direta que impeça sua realização de forma independente, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.



# MUNICÍPIO DE COCOS

## 9. ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PCA)

9.1. Embora esta contratação ainda não esteja contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA), ela está alinhada com os instrumentos de planejamento vigentes, notadamente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A demanda atende às diretrizes estratégicas e orçamentárias da instituição, sendo compatível com as metas e ações previstas no planejamento governamental. Assim, mesmo não formalizada no PCA, a contratação é legítima, necessária e está em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público.

## 10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a presente contratação consistem em assegurar o fornecimento contínuo e eficiente de materiais de construção necessários à execução das atividades de manutenção predial, conservação, recuperação de estruturas públicas e realização de pequenos serviços de engenharia no âmbito da Administração Municipal.

Busca-se garantir condições adequadas de funcionamento, segurança, conservação e utilização dos prédios públicos, logradouros, equipamentos urbanos e demais estruturas sob responsabilidade do Município, contribuindo diretamente para a continuidade e melhoria dos serviços públicos prestados à população.

Com a contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- a) garantir maior eficiência na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva realizados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e demais órgãos municipais;
- b) assegurar disponibilidade contínua de materiais de construção para atendimento das demandas operacionais das secretarias municipais;
- c) reduzir interrupções e atrasos em serviços de manutenção e pequenos reparos em escolas, unidades de saúde, praças, vias públicas, quadras esportivas e demais equipamentos públicos;
- d) proporcionar maior agilidade no atendimento de demandas emergenciais relacionadas à infraestrutura pública;
- e) promover melhores condições de conservação, segurança e funcionalidade das estruturas públicas municipais;
- f) padronizar os materiais utilizados pela Administração, contribuindo para maior qualidade, durabilidade e eficiência das intervenções realizadas;
- g) otimizar a gestão dos recursos públicos por meio de aquisições planejadas, com fornecimento parcelado conforme a necessidade efetiva da Administração;
- h) ampliar a economicidade da contratação mediante realização de procedimento licitatório competitivo e utilização do Sistema de Registro de Preços;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

i) evitar aquisições emergenciais recorrentes, fracionamento indevido de despesas e formação de estoques excessivos;

j) fortalecer o planejamento das contratações públicas e o controle administrativo sobre o consumo de materiais de construção.

Além disso, espera-se que a contratação contribua para a melhoria das condições físicas das unidades públicas municipais, refletindo positivamente na prestação dos serviços públicos essenciais ofertados à população do Município de Cocos–BA.

Dessa forma, os resultados pretendidos encontram-se alinhados aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Considerando que a Administração Municipal já possui estrutura administrativa em funcionamento para execução de serviços de manutenção predial, conservação e pequenos serviços de engenharia, as providências prévias necessárias à futura contratação consistem, principalmente, na organização e adequação dos procedimentos internos relacionados ao gerenciamento do fornecimento dos materiais de construção.

Inicialmente, deverá ser formalizada a designação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, competindo-lhes acompanhar a execução contratual, controlar as solicitações de fornecimento, verificar a conformidade dos materiais entregues e realizar os atestos necessários.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura, unidade responsável pela centralização das demandas operacionais relacionadas aos serviços de manutenção e obras públicas, deverá manter o controle das requisições encaminhadas pelas demais secretarias municipais, promovendo o adequado planejamento das solicitações e a racionalização do consumo dos materiais.

Também deverão ser observados os procedimentos administrativos internos já adotados pela Administração para emissão de Ordens de Fornecimento, recebimento, conferência, armazenamento e distribuição dos materiais, assegurando rastreabilidade, controle de estoque e correta destinação dos insumos adquiridos.

A Administração deverá, ainda, assegurar que os servidores envolvidos na execução contratual tenham conhecimento das especificações técnicas dos materiais, das condições previstas no Termo de Referência e das responsabilidades relacionadas ao recebimento e fiscalização do fornecimento.

Quando necessário, os materiais deverão ser armazenados em local adequado, observando condições mínimas de organização, segurança e preservação, de modo a evitar perdas, danos ou deterioração dos produtos.

Além disso, deverá ser mantido alinhamento entre a Secretaria Municipal de Infraestrutura, o Setor





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

de Compras, o Almoxarifado e as demais unidades administrativas demandantes, visando garantir maior eficiência no fluxo de solicitações, fornecimento e utilização dos materiais.

Ressalta-se que grande parte das providências administrativas necessárias já integra a rotina operacional da Administração Municipal, razão pela qual não se identificam medidas complexas ou extraordinárias prévias à contratação.

Dessa forma, conclui-se que o Município possui condições administrativas e operacionais suficientes para promover a adequada execução da futura contratação, observando os princípios da eficiência, planejamento, controle e continuidade do serviço público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

A futura contratação de materiais de construção poderá gerar impactos ambientais relacionados à extração de recursos naturais, fabricação dos insumos, transporte, armazenamento, utilização e destinação final dos resíduos provenientes das atividades de manutenção predial, reformas e pequenos serviços de engenharia executados pela Administração Municipal.

Dentre os principais impactos ambientais potencialmente associados ao objeto, destacam-se o consumo de matérias-primas naturais, a geração de resíduos sólidos de construção civil, o descarte de embalagens, a emissão de poluentes decorrentes do transporte dos materiais e o risco de desperdício durante a execução dos serviços.

Considerando tais aspectos, a Administração adotará medidas voltadas à mitigação dos impactos ambientais e à promoção de práticas sustentáveis durante a execução contratual, observando, sempre que possível, os princípios de sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Nesse sentido, deverão ser observadas as seguintes medidas:

- a) priorizar, sempre que possível, materiais que atendam às normas técnicas e ambientais aplicáveis, assegurando maior durabilidade, qualidade e eficiência no uso dos recursos;
- b) incentivar o fornecimento de produtos com menor impacto ambiental, inclusive aqueles com embalagens recicláveis ou que possibilitem melhor aproveitamento dos materiais;
- c) exigir da contratada cuidados adequados no transporte, armazenamento e manuseio dos materiais, visando evitar desperdícios, perdas e danos aos produtos;
- d) promover o uso racional dos insumos nas atividades executadas pela Administração, reduzindo desperdícios e retrabalhos;
- e) adotar procedimentos adequados para destinação de resíduos provenientes das atividades de manutenção e obras, observando a legislação ambiental aplicável e as normas de gerenciamento de resíduos da construção civil;
- f) orientar os servidores e equipes responsáveis pela utilização dos materiais quanto às boas





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

práticas de armazenamento, utilização consciente e descarte ambientalmente adequado;

g) buscar, sempre que viável tecnicamente e economicamente, soluções que contribuam para maior eficiência no consumo de materiais e redução de impactos ambientais.

Ressalta-se que os impactos ambientais relacionados ao objeto possuem natureza controlável e mitigável, não representando impedimento à contratação, desde que observadas as medidas preventivas e os controles adequados durante a execução contratual.

Dessa forma, conclui-se que a contratação mostra-se ambientalmente viável, sendo possível compatibilizar o atendimento das necessidades da Administração Municipal com a adoção de práticas sustentáveis, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 14. VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação pretendida mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional, orçamentário e jurídico, além de adequada às necessidades da Administração Pública Municipal de Cocos–BA.

Do ponto de vista técnico, a solução escolhida — consistente na realização de procedimento licitatório para registro de preços visando ao fornecimento parcelado de materiais de construção — apresenta-se compatível com a natureza do objeto e com as demandas da Administração, possibilitando o adequado atendimento das necessidades relacionadas à manutenção predial, conservação, recuperação de estruturas públicas, pequenas reformas e execução de serviços de engenharia.

Sob o aspecto operacional, a contratação mostra-se plenamente exequível, considerando que a Secretaria Municipal de Infraestrutura dispõe de estrutura administrativa e operacional apta a gerenciar o fornecimento, fiscalizar a execução contratual e coordenar a utilização dos materiais pelas diversas secretarias municipais, atuando como unidade centralizadora das demandas relacionadas aos serviços de manutenção e obras públicas.

No que se refere à razoabilidade dos quantitativos estimados, verifica-se que estes foram definidos com base em critérios técnicos, histórico de consumo, levantamento das necessidades operacionais das secretarias municipais e projeções de demandas futuras, conforme memória de cálculo integrante do processo, demonstrando compatibilidade entre a necessidade administrativa identificada e a solução proposta, sem indícios de superdimensionamento ou restrição indevida.

Quanto à viabilidade econômica, a adoção do procedimento licitatório com Sistema de Registro de Preços possibilita maior competitividade entre fornecedores, fornecimento parcelado conforme a demanda efetiva da Administração e melhor aproveitamento dos recursos públicos, contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas e para a observância dos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

Adicionalmente, verifica-se a viabilidade jurídica da contratação, uma vez que o processo encontra-se estruturado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando os requisitos relacionados ao planejamento da contratação, definição da necessidade administrativa, análise das soluções disponíveis no mercado, justificativa da solução escolhida e demonstração da vantajosidade da contratação.

Ressalta-se, ainda, que a contratação pretendida mostra-se necessária para assegurar a continuidade dos serviços públicos de manutenção, conservação e infraestrutura executados pela Administração Municipal, evitando paralisações, comprometimento das atividades operacionais e prejuízos ao interesse público.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é viável, adequada e razoável, estando devidamente justificada e apta ao prosseguimento das etapas subsequentes do processo de contratação, visando garantir maior eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos e adequado atendimento das demandas do Município de Cocos–BA.

## 15. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO SIGILO

5.1. A presente contratação não é sigilosa.

## 16. RESPONSÁVEL(EIS) PELA ELABORAÇÃO

Cocos-BA, 28 de maio de 2026.

**Antônio Marcos Sampaio Moura da Trindade**  
**Secretário Municipal de Infraestrutura**  
**Matrícula: 119246**

**Lucas Santos Alves**  
**Responsável pelo Planejamento**  
**Matrícula: 119247**



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## ANEXO I

### RELAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE COCOS-BA

SECRETARIA / ÓRGÃO	UNIDADE / LOCAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Colégio Municipal Waldemar Lopes Bandeira
	Escola Municipal Sebastião Augusto de Azevedo
	Escola Municipal Joana Angélica
	Colégio Rui Barbosa
	Creche Municipal Casinha Feliz
	Colégio Municipal Raimunda Dutra
	Colégio Municipal Prof. Djanira Alves Gonçalves
	Escola Municipal Lealdino Teodoro dos Santos
	Centro Educacional do Riacho do Meio
	Escola Manoel Messias Rodrigues
	Centro Educacional da Água do Carmo
	Centro Educacional Durval Rocha
	Escola Municipal Germínio Alves
	Escola Municipal Durval Bezerra
	Escola Municipal Ana Francisca do Bomfim
	Escola Municipal Josino Brito de Oliveira
	Escola Municipal Agdo de Souza
	Escola Municipal Deodoro da Fonseca
	Escola Municipal Venceslau Brás
	Escola Municipal Branca de Neve
	Escola Municipal Caiçarina
	Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida
	Escola Municipal São Domingos
	Escola Municipal João Paulo II
	Escola Municipal Vaneide Ramos Trancoso
	Escola Municipal Catulé do Galho
	Escola Municipal Catulé da Praia
	Escola Municipal Ulisses Guimarães
	Sede da Secretaria Municipal de Educação
	Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Centro de Atenção Psicossocial – CAPS



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

	Centro de Saúde
	Hospital Municipal São Sebastião
	Policlínica Municipal
	Secretaria Municipal de Saúde de Cocos
	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU
	Unidade de Saúde da Família Arnulfo Lacerda de Moura
	Unidade de Saúde da Família de São João do Porto Alegre
	Unidade de Saúde da Família Dona Lió
	Unidade de Saúde da Família Feliciano Souza dos Reis
	Unidade de Saúde da Família Juarez Nunes de Oliveira
	Unidade de Saúde da Família Luís Cardoso Bomfim
	Unidade de Saúde da Família Manoel Messias
	Unidade de Saúde da Família Mário Souza Barros
	USF Satélite Carlota Nunes de Oliveira – Cajueiro
	USF Satélite Riacho do Meio
	USF Satélite Novaci
	USF Satélite Santa Rosa
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social
	CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
	Extensão do CRAS – Umbuzeiro
	CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
	Abrigo dos Idosos
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES</b>	Ginásio de Esportes
	Estádio Municipal
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>	Sede da Prefeitura Municipal
	Rodoviária Municipal
	Ponto Cidadão
	Posto de Atendimento do DETRAN
	Posto da Guarda Municipal
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS</b>	Setor de Tributos
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE</b>	Sede da Secretaria de Infraestrutura



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

<b>INFRAESTRUTURA</b>	
	Praças do Município
	Praça do Povoado Cajueiro
	Praça do Povoado Água do Carmo
	Quadra Poliesportiva do Povoado Santa Rosa
	Quadra Poliesportiva do Povoado São João do Porto Alegre
	Praça e Quadra do Novaci
	Quadra Poliesportiva do Povoado Santo Antônio
	Praça do Balneário Itaguari
	Praça do Jardim das Flores
	Praça Virgílio Bandeira
	Praça da Juventude
	Praça da Matriz
	Praça da Cultura
	Praça do Cristo
	Praça Dona Angelina
	Praça da Rodoviária
	Praça Castro Alves
	Manutenção da Pavimentação da Sede e Povoados
	Manutenção de Pontes da Zona Rural
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES</b>	Sede da Secretaria Municipal de Transportes
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA</b>	Parque de Exposições (Parque de Vaquejada, Centro de Convenções, Tatersal, Currais e Pavilhão para Exposição de Animais)
	Banco de Alimentos
	Mercado Municipal
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO</b>	Sede da Secretaria Municipal de Planejamento



# MUNICÍPIO DE COCOS

## ANEXO II

### RELATÓRIO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### 1. OBJETO

A presente memória de cálculo tem por finalidade demonstrar os critérios técnicos utilizados para formação dos quantitativos estimados destinados à futura e eventual aquisição de materiais de pintura, acabamento, esquadrias metálicas, portas, janelas, vidros, ferragens, materiais de impermeabilização, lixas e materiais correlatos, visando atender às necessidades contínuas de manutenção, conservação, recuperação, revitalização e adequação dos prédios públicos, equipamentos urbanos e logradouros pertencentes ao Município de Cocos–BA.

A contratação destina-se ao atendimento das demandas operacionais das diversas Secretarias Municipais, especialmente relacionadas à manutenção predial preventiva e corretiva, recuperação de estruturas públicas e execução de pequenos reparos em unidades administrativas, escolares, de saúde, assistência social e infraestrutura urbana e rural.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA ESTIMATIVA

A definição dos quantitativos foi realizada com base nos seguintes critérios:

- levantamento das unidades públicas municipais existentes;
- histórico de consumo de materiais em exercícios anteriores;
- frequência média anual de intervenções de manutenção;
- necessidades recorrentes de pintura e acabamento;
- substituição periódica de portas, janelas, ferragens e vidros;
- recuperação de estruturas metálicas e superfícies deterioradas;
- demandas contínuas de conservação predial;
- desgaste natural decorrente do uso contínuo das unidades públicas;
- exposição das estruturas às condições climáticas.

Também foram consideradas as demandas futuras previsíveis relacionadas à conservação do patrimônio público municipal, observando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e eficiência administrativa.

#### 3. UNIVERSO DE ATENDIMENTO

A presente contratação contempla o atendimento aproximado de 86 (oitenta e seis) unidades públicas e logradouros municipais, distribuídos entre:

SECRETARIA	QUANTIDADE DE UNIDADES
Secretaria Municipal de Educação	30
Secretaria Municipal de Saúde	18
Secretaria Municipal de Assistência Social	5
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	6



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

SECRETARIA	QUANTIDADE DE UNIDADES
Secretaria Municipal de Infraestrutura	20
Secretaria Municipal de Agricultura	3
Secretaria Municipal de Esportes	2
Secretaria Municipal de Transportes	1
Secretaria Municipal de Planejamento	1
<b>TOTAL ESTIMADO</b>	<b>86</b>

Além das unidades físicas, também foram consideradas:

- praças públicas;
- quadras esportivas;
- vias urbanas;
- estruturas comunitárias;
- equipamentos públicos externos;
- espaços de uso coletivo.

## 4. METODOLOGIA UTILIZADA

A memória de cálculo foi elaborada considerando:

### 4.1. Frequência média de manutenção

Estimativa média anual de intervenções corretivas e preventivas em:

- escolas;
- unidades de saúde;
- prédios administrativos;
- estruturas urbanas;
- equipamentos comunitários.

### 4.2. Perfil de consumo por secretaria

A distribuição da demanda foi dimensionada considerando:

- quantidade de unidades vinculadas;
- intensidade de utilização dos prédios;
- grau de exposição ao desgaste;
- necessidade histórica de manutenção;
- natureza das atividades desempenhadas.





# MUNICÍPIO DE COCOS

## 4.3. Natureza dos materiais

Os materiais foram agrupados conforme:

- esquadrias;
- vidraçaria;
- ferragens;
- pintura;
- acabamento;
- impermeabilização;
- preparação de superfícies;
- estruturas metálicas.

## 5. DISTRIBUIÇÃO DOS QUANTITATIVOS POR SECRETARIA

### 5.1. Secretaria Municipal de Educação — 35%

Unidades atendidas:

- escolas municipais;
- creches;
- centros educacionais;
- almoxarifado;
- sede administrativa.

Aplicações predominantes:

- pintura interna e externa;
- recuperação de salas;
- manutenção de portas e janelas;
- substituição de vidros;
- revitalização de ambientes escolares;
- recuperação de estruturas metálicas.

Justificativa:

Maior consumo proporcional em razão:

- do elevado número de unidades;
- intensa circulação diária de alunos e servidores;
- necessidade contínua de manutenção predial.

### 5.2. Secretaria Municipal de Saúde — 21%

Unidades atendidas:

- hospital municipal;
- policlínica;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- CAPS;
- USFs;
- SAMU;
- secretaria municipal.

Aplicações predominantes:

- pintura periódica;
- manutenção sanitária;
- recuperação de esquadrias;
- substituição de vidros;
- reparos preventivos.

Justificativa:

Demanda elevada decorrente:

- do uso contínuo das unidades;
- exigências sanitárias;
- necessidade permanente de conservação.

## 5.3. Secretaria Municipal de Infraestrutura — 23%

Locais atendidos:

- praças;
- quadras;
- pavimentação;
- equipamentos urbanos;
- estruturas públicas externas.

Aplicações predominantes:

- pintura de estruturas metálicas;
- manutenção de espaços públicos;
- recuperação de esquadrias;
- revitalização urbana;
- impermeabilização e reparos estruturais.

Justificativa:

Consumo elevado em razão:

- da extensa área de atuação;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- exposição direta às intempéries;
- necessidade permanente de manutenção urbana.

## 5.4. Secretaria Municipal de Assistência Social — 6%

Aplicações predominantes:

- manutenção predial;
- pintura;
- substituição de portas e janelas;
- conservação de ambientes de atendimento.

## 5.5. Secretaria Municipal de Administração e Finanças — 7%

Aplicações predominantes:

- manutenção administrativa;
- recuperação de fachadas;
- pintura interna;
- manutenção de esquadrias e acabamentos.

## 5.6. Secretaria Municipal de Agricultura — 4%

Aplicações predominantes:

- manutenção estrutural;
- recuperação metálica;
- pintura de estruturas amplas;
- manutenção de portões e esquadrias.

## 5.7. Secretaria Municipal de Esportes — 2%

Aplicações predominantes:

- pintura de estruturas esportivas;
- manutenção de alambrados;
- recuperação de esquadrias metálicas.

## 5.8. Secretaria Municipal de Transportes — 1%

Aplicações predominantes:

- manutenção predial básica;
- pequenos reparos.

## 5.9. Secretaria Municipal de Planejamento — 1%

Aplicações predominantes:

- conservação predial;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- serviços de pintura e acabamento.

## 6. MEMÓRIA DE CÁLCULO POR GRUPO DE MATERIAIS

### 6.1. ESQUADRIAS METÁLICAS E JANELAS

ITEM	QUANTIDADE
Janela basculante em aço 80x60 cm	131 unid.
Janela veneziana com grade 1,20x1,00 m	131 unid.
Janela veneziana com grade 1,50x1,00 m	131 unid.
Janela veneziana com grade 1,00x1,00 m	131 unid.
Janela basculante 40x40 cm	20 unid.
Janela basculante 40x60 cm	20 unid.

Aplicação:

Substituição e manutenção de esquadrias deterioradas em prédios públicos municipais.

### 6.2. PORTAS E ACABAMENTOS

ITEM	QUANTIDADE
Porta de madeira 80x210 cm	80 unid.
Porta de madeira 70x210 cm	80 unid.
Porta metálica 0,60x2,10 m	67 unid.
Porta metálica 0,70x2,10 m	67 unid.
Porta metálica 0,80x2,10 m	67 unid.

Aplicação:

Reposição e manutenção de ambientes administrativos, escolares e unidades de saúde.

### 6.3. MATERIAIS DE PREPARAÇÃO E ACABAMENTO

ITEM	QUANTIDADE
Lixas para parede	2.300 unid.
Lixas para ferro	2.200 unid.
Lixas para madeira	151 unid.
Palha de aço	134 pct.

Aplicação:

Preparação de superfícies para pintura e acabamento predial.



# MUNICÍPIO DE COCOS

## 6.4. IMPERMEABILIZAÇÃO E VEDAÇÃO

ITEM	QUANTIDADE
Fita manta 15 cm	500 rolos
Fita manta 20 cm	600 rolos
Fita manta 30 cm	550 rolos

Aplicação:

Vedação e manutenção preventiva de coberturas, calhas e estruturas sujeitas a infiltração.

## 6.5. FERRAGENS E FIXADORES

ITEM	QUANTIDADE
Abraçadeiras metálicas	131 unid.
Arruelas metálicas	1.040 unid.

Aplicação:

Fixação, montagem e manutenção de estruturas e esquadrias metálicas.

## 7. CONSOLIDAÇÃO FINAL

Os quantitativos estimados:

- decorrem de critérios técnicos e operacionais;
- guardam compatibilidade com o número de unidades públicas atendidas;
- refletem a demanda contínua de manutenção predial;
- mostram-se proporcionais ao porte administrativo do Município;
- consideram a frequência estimada de intervenções preventivas e corretivas.

A distribuição dos materiais foi realizada observando:

- o perfil de consumo de cada Secretaria;
- a intensidade de utilização das estruturas públicas;
- o histórico operacional da Administração Municipal.

## 8. CONCLUSÃO

A presente memória de cálculo demonstra, de forma fundamentada, a compatibilidade entre os quantitativos estimados e as necessidades reais da Administração Pública Municipal.

Verifica-se que:

- os materiais possuem aplicação direta nas atividades de manutenção e conservação do patrimônio público;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- os quantitativos foram definidos com base em parâmetros técnicos e operacionais;
- há proporcionalidade entre a demanda prevista e o universo de atendimento;
- a estimativa mostra-se adequada para assegurar a continuidade dos serviços públicos.

Dessa forma, conclui-se que os quantitativos previstos atendem aos princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência, planejamento e interesse público, estando aptos a subsidiar o procedimento licitatório pretendido.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## ANEXO II

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXX

#### PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90014-2026

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 173-2026

#### VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos XX (XX) dias do mês de XXXXX de 2025, o **MUNICÍPIO DE COCOS**, Estado da Bahia, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.222.012./0001-75, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor XXXXXXXXX XXXXXXX XXXXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90014-2026, homologado em XX de XXXXX de 2025, Processo Administrativo nº 173-2026, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futuras e eventuais aquisições de XXXXXXXXXXXXXXXX, especificada(s) no(s) item(ns) 01 ao 43 do Termo de Referência, *anexo I do edital de Licitação nº 90014-2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND	QNT	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1						
2						
.....	.....		.....	.....	.....	.....
VALOR GLOBAL						





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

## 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

### 3.1. Os participantes serão apenas os seguintes órgãos:

- 3.1.1. *Secretaria Municipal de Administração;*
- 3.1.2. *Secretaria Municipal de Educação;*
- 3.1.3. *Secretaria Municipal de Saúde;*
- 3.1.4. *Secretaria Municipal de Infraestrutura;*
- 3.1.5. *Secretaria Municipal de Agricultura;*
- 3.1.6. *Secretaria Municipal de Transportes;*
- 3.1.7. *Secretaria Municipal de Assistência Social;*
- 3.1.8. *Secretaria Municipal de Estrada e Rodagem;*
- 3.1.9. *Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;*
- 3.1.10. *Secretaria Municipal de planejamento;*
- 3.1.11. *Secretaria Municipal de Finanças;*

### 3.2. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração;

## 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

### Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Município de Cocos-BA, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

5.1.1. Em caso da prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



# MUNICÍPIO DE COCOS

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



# MUNICÍPIO DE COCOS

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



# MUNICÍPIO DE COCOS

- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar a negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



# MUNICÍPIO DE COCOS

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 25, § 2º, do Decreto Municipal nº 021/2024, de 19 de março de 2024; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



# MUNICÍPIO DE COCOS

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Municipal nº 021/2024.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Cocos-BA, XX de XXXXXX de 2026.

---

**MUNICÍPIO DE COCOS-BA**  
**CNPJ: 14.222.012/0001-75**  
**ÓRGÃO GERENCIADOR**

---

**XXXXXX XX XXXXXXXX**  
**CNPJ: XXXXXXXXXXXXX**  
**DETENTORA DA ATA**



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## ANEXO III

### MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE  
CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE  
FAZEM ENTRE O MUNICÍPIO DE  
COCOS - BAHIA E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXX XXXXXX XXXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE COCOS-BA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Presidente Juscelino, nº 115, Centro, Cocos, Estado da Bahia, CEP 47.680-000, registrado no CNPJ sob o n.º 14.222.012/0001/75, representado neste ato pelo Senhor Clewton Domingues de Souza, legalmente investido e no exercício pleno de Prefeito, doravante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa XXXXXX XXXXX XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço situado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXX, CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 173-2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90014-2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

...					
-----	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de xxxxxxxx contados do(a) ....., na forma do artigo XXX da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

- 8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

- 9.1. São obrigações da contratante:
- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, especialmente quanto à conformidade dos materiais entregues com as especificações técnicas exigidas;
- 9.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições estabelecidas no contrato e neste Termo de Referência;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 9.1.6. Aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação e no contrato, quando cabíveis;
- 9.1.7. Aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação e no contrato, quando cabíveis;
- 9.1.8. Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município de Cocos–BA para adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual;
- 9.1.9. Emitir decisão fundamentada sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual;
- 9.1.10. Decidir, no prazo de até 30 (trinta) dias, os requerimentos apresentados pela Contratada, admitida prorrogação motivada por igual período;
- 9.1.11. Analisar e responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 9.1.12. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros decorrentes da execução do contrato.

## **10. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 10.1. Cumprir integralmente todas as obrigações constantes do contrato e deste Termo de Referência, assumindo os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;
- 10.2. Fornecer os materiais de pintura, acabamentos, esquadrias metálicas, janelas, venezianas, estruturas em aço e demais materiais correlatos conforme as especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos na Ordem de Fornecimento;
- 10.3. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais impedimentos ao cumprimento do prazo de entrega, devidamente justificados;
- 10.4. Atender prontamente às determinações do fiscal ou gestor do contrato;
- 10.5. Substituir, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, os materiais que apresentarem vícios, defeitos, avarias ou desconformidade com as especificações;
- 10.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos materiais;
- 10.7. Quando não for possível a verificação no SICAF, apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos;
- 10.8. Manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

- 10.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência relevante que impacte a execução do fornecimento;
- 10.11. Observar as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, garantindo a qualidade e conformidade dos materiais fornecidos;
- 10.12. Cumprir as normas de segurança aplicáveis ao transporte e manuseio dos materiais, especialmente em relação a cargas pesadas ou potencialmente perigosas;
- 10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento de sua proposta, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro;
- 10.14. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021;
- 10.15. Guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em razão da execução contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).





Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.1.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Cocos-BA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

### **02.10.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

#### **26.782.011.2038 – Gestão das Ações da Secretaria de Transportes**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

### **02.06.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS**

#### **12.122.011.2037 – Gestão do Departamento de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Serv. Públicos**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

#### **15.452.011.2042 – Gestão do Sistema de Abastecimento de Água**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

### **02.03.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

#### **04.123.003.2010 – Gestão da Tesouraria**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

### **02.12.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

**27.812.015.2020 – Manutenção e Refor. de Quadra, Praças de Esportes e Campo de Futebol**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

**02.14.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

**04.122.003.2007 – Gestão das Ações da Sec. Municipal de Planejamento**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

**02.02.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**04.122.003.2006 – Gestão da Secretaria de Administração**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

**06.181.004.2009 – Gestão da Ordem Pública**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

**13.392.010.2019 – Comemoração de Festividades**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

**02.17.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS**

**26.782.011.2036 – Gestão das Ações da Secretaria Municipal de Estradas e Rodagens**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**08.122.006.2047 – Gestão Administrativa do FMAS**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1669 – Fontes

**08.122.006.2070 – Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família – IGDBF**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1660 – Fontes

**08.122.006.2073 – Aprimoramento e Fortalecimento da Gestão do SUAS – IGDSUAS**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1660, 1661 – Fontes

**08.245.006.2235 – Bloco da Proteção Social Básica**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1660, 1661 – Fontes

**08.245.006.2316 – Bloco da Proteção Social Especial**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1661 – Fontes

**02.05.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**10.301.008.2027 – Gestão das Ações da Atenção Básica**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## **10.301.008.2032 – Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

## **10.302.008.2075 – Gestão das Ações da Atenção Especializada – MAC/SAMU**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

## **10.302.008.2300 – Gestão das Ações do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500 – Fonte

## **02.04.000 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

### **12.361.009.2016 – Gestão do FUNDEB**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1543, 1540, 1541 – Fontes

### **12.361.009.2017 – Gestão do Ensino Fundamental**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1500, 1502 – Fontes

### **12.361.009.2023 – Gestão do Ensino Fundamental – QSE**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1550 – Fonte

### **12.365.009.2021 – Gestão da Educação Infantil**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1550 – Fonte

### **12.365.009.2312 – Gestão da Educação Infantil – Fundeb**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1540, 1541, 1542 – Fontes

## **02.08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

### **20.122.014.2057 – Gestão de Mercados, Feiras e Matadouros**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1550 – Fonte

### **20.122.014.2058 – Gestão da Secretaria Municipal de Agricultura**

3.3.9.0.30.00.00 – Material de Consumo

1550 – Fonte

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.



Estado da Bahia

# MUNICÍPIO DE COCOS

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cocos-BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cocos-BA, xx de xxxxxxxx de 2025.

**MUNICÍPIO DE COCOS-BA**  
**CNPJ: 14.222.012/0001-75**  
**CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXX**  
**CNPJ:**  
**CONTRATADA**